



**Governo do Estado de Roraima**  
**Secretaria de Estado de Licitação e Contratação**  
*"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"*  
**EDITAL DE ABERTURA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90013/2026**

**SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**  
(Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022)

**PROCESSO Nº: 35101.000930/2025.76 – SELC**

## 1. PREÂMBULO

1.1. O pregoeiro da **Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC**, designado(a) pelo **Decreto nº 11-P**, de 17/01/2025 e **Decreto Nº 69-P**, de 9/01/2026, torna público aos interessados que, na forma do **Decreto nº 31.408-E**, de 9/12/2021, do **Decreto nº 11.462**, de 31/03/2023, do Decreto nº 34.223-E, de 24/04/2023, aplicando-se, as disposições da **Lei nº 14.133**, de 1º/04/2021 e subsidiariamente a **Lei Complementar nº. 123**, de 14/12/2006, realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica sob o Sistema de Registro de Preços**, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

## 2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

**Dia: 13 de maio de 2026**

**Horário: 09:30h (horário de Brasília/DF)**

**Endereço Eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)**

**Código UASG: 930800**

2.1. Este pregão poderá ter a data e horário de abertura da sessão pública transferida, caso ocorra algum fato superveniente que impeça sua abertura na data já definida;

2.2. O edital e seus anexos estarão disponíveis para download nos sites: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e <http://www.selc.rr.gov.br> ou no **Protocolo da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC**, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista -RR, de **segunda a sexta feira**, no horário das **07h30 às 13h30**, sem qualquer ônus, devendo apenas o interessado dispor de mídia que suporte os respectivos arquivos.

## 3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a Eventual **aquisição de estações de trabalho (desktops), equipamentos móveis (notebooks e tablets) e monitores sobressalentes**, de acordo com as quantidades e especificações técnicas constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;

3.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.3. O **critério de julgamento** adotado neste pregão será o de **menor preço**, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações técnicas do objeto;

3.4. O **Modo de disputa desta licitação será: aberto e fechado**;

3.5. O **intervalo mínimo de diferença entre os lances**, adotado neste pregão, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,50% (zero vírgula cinquenta por cento)**;

3.6. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste edital e seus anexos. Em caso de divergência entre as especificações descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT) e Serviços (CATSER) do sistema eletrônico e as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** prevalecerão as especificações dos Anexos mencionados.

## 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato (**Art. 17 do Decreto Nº 11.462**, de 31 de março de 2023).

## 5. DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1. São órgãos participantes deste pregão sob o Sistema de Registro de Preços:

ORDEM	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CÓPIA MANIFESTAÇÃO
01	SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO - SELC (Órgão Gerenciador)	Cópia do Levantamento Estimativa SELC, Ep. 20027302
02	CASA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	19837482
03	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE RORAIMA - COGER	19837555
04	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN	19837571
05	SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA DE RORAIMA - SEINF	19837597
06	CORPO DE BOMBEIRO MILITAR - CBM	19837611

ORDEM	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CÓPIA MANIFESTAÇÃO
07	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - <b>SEADI</b>	19837628
08	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DE CONVÊNIOS - <b>SECIDADES</b>	19837652
09	<b>CASA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA</b>	19837672
10	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO - <b>SEED</b>	19837700
11	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO - <b>SEGAD</b>	20186593

**5.2.** As regras referentes ao órgão gerenciador e aos participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III) deste edital.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

**6.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica;

**6.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

**6.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão;

**6.4.** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

**6.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

**6.6.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

### 7.1. Poderão participar desta licitação:

**7.1.1.** Empresas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, e que detenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

**7.1.2.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema;

**7.1.3.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

**7.1.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

**7.1.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

**7.1.6.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

**7.1.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

### 7.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação:

**7.2.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**7.2.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**7.2.3.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**7.2.4.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**7.2.5.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**7.2.6.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**7.2.7.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**7.2.8.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

**7.2.9.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**7.2.10.** agente público do órgão ou entidade licitante;

- 7.2.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa descrita no subitem 4.17 do Termo de Referência (Anexo I) deste edital;
- 7.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 7.2.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.3. O impedimento de que trata o subitem 7.2.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 7.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 7.2.4 e 7.2.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 7.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 7.6. O disposto no 7.2.4 e 7.2.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 7.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.8. A vedação de que trata o subitem 7.2.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento descrito no subitem 3.3 deste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 8.2. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei nº 14.133, de 2021, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.
- 8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 8.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 8.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 8.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 8.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 8.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 8.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 8.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 8.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 8.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 8.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 8.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 8.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 8.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 8.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 8.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 8.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 8.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 8.6.12. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 8.7. A falsidade da declaração de que trata os subitens 8.3, 8.6 ou 8.6.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 8.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 8.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 8.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 8.11.** Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e seus anexos e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o subitem 13.1.4 deste edital;
- 8.12.** Fica vedada a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes durante a fase de lances do pregão eletrônico, por meio de “Chat” ou procedimento similar, exceto quanto aos avisos gerais e necessários para o andamento do certame, sendo permitido o contato destes antes e depois da referida fase através de “Chat”;
- 8.13.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 8.13.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 8.13.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 8.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 8.14.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 8.14.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 8.15.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 8.14, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 8.16.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.17.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 9.1.** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 9.1.1.** Valor unitário e total do item ou percentual de desconto, conforme o caso;
- 9.1.2.** Marca, Fabricante, Modelo / Versão, quando exigido no **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;
- 9.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante, modelo / versão e procedência, vinculam o licitante.
- 9.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 9.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe neste edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.8.** Constar o **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA será de, no mínimo, 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. As propostas omissas ou que indicarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido neste subitem;
- 9.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 9.10.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 9.11.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 9.12.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 10.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico e será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, na data e horário indicado neste edital;
- 10.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 10.3.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens no “chat”, em campo próprio do sistema eletrônico;
- 10.4.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

## 11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 11.1.1.** Qualquer elemento que possa identificar a licitante importará a desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos;
- 11.1.2.** A desclassificação será sempre registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

11.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

## 12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Iniciada a etapa competitiva, observado o modo de disputa adotado no edital, nos termos do disposto no subitem 12.7, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.2. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no subitem 3.3 deste Edital.

12.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

12.4. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será o indicado no subitem 3.5 deste edital.

12.6. Observado o § 2º do Art. 21 [da IN SEGES nº 73, de 30/09/22](#), o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de (15) quinze segundos após o registro no sistema, **na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável**, nos termos dos arts. 33 e 34. da IN [SEGES nº 73, de 30/09/22](#).

12.7. Neste pregão será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.7.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.7.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

12.7.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 12.7.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem anterior.

12.8. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitem 12.7.2. e 12.7.4, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme dispõe o § 2º do art. 22 da IN [SEGES nº 73, de 30/09/22](#), da seguinte forma:

12.8.1. ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

12.8.2. ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

12.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.10. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

12.11. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. ([artigo 21, § 4º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#))

12.12. A eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem 12.11 deste edital, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa. ([artigo 21, § 5º, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#))

12.13. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a (10) dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

12.15. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.16. Em relação a itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicação do disposto nos arts. 44º e 45 da LC nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015.

12.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.16.2. A licitante melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrarem no intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.16.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

11.17. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

11.17.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

11.17.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

11.17.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

11.17.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

11.17.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no subitem 11.17.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.



**11.17.3.** Caso a preferência não seja exercida na forma do subitem 11.17.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no subitem 11.17.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o subitem 11.17.1.3, caso esse direito não seja exercido.

**11.17.4.** As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

**12.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;**

**12.18.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o **critério de desempate** será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

**12.18.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**12.18.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em Lei;

**12.18.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

**12.18.1.4.** declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

**12.19.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**12.19.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**12.19.2.** empresas brasileiras;

**12.19.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**12.19.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**12.19.5.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

### 13. DA NEGOCIAÇÃO

**13.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**13.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do **preço máximo aceitável unitário e global definidos** pela Administração.

**13.1.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**13.1.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**13.1.4.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**13.1.5.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**13.1.6.** Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 14. DA FASE DE JULGAMENTO

**14.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar** atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no subitem 7.2 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, **mediante a consulta aos seguintes cadastros**:

a) SICAF;

b) Ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>.

d) Ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).[A1]

e) Ao Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>

**14.2.** As consultas previstas nas condições anteriores **serão realizadas em nome da licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário, por força do art. [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#)., que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

**14.3.** Caso conste na **Consulta de Situação do licitante** a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, caput](#))

**14.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, §1º](#)).

**14.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 29, §2º](#)).

**14.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**14.4.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 14/12/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

**14.5.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**14.6.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 8.5 deste edital.

**14.7.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**14.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

14.8.1. conter vícios insanáveis;

14.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e no **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital;

14.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do **preço máximo aceitável unitário e global definidos** para a contratação;

14.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.9. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração ([Art. 34 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#));

14.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

14.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.10. Erros no preenchimento da planilha de composição de custo, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha de composição de custo poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

14.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

14.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

14.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

14.12. **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante**, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

14.13. **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

14.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

14.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

14.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

14.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

14.14. O pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro geral de pessoal do Governo do Estado de Roraima ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão;

## 15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

15.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

15.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

15.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores **de cada consorciado**.

15.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

15.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

15.8. **A habilitação das licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF.**

15.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

15.9. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

15.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 7º, caput](#)).

15.10.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([IN nº 3, de 26/04/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

15.11. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar no **nome da licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ;

15.12. Se a licitante for a matriz, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, os documentos mencionados deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz. Quanto aos atestados de capacidade técnica, quando solicitados, poderão ser apresentados em nome da matriz e/ou filial;

**15.13.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme dispõe o art. 43 da LC nº 123, de 14/12/2006;

**15.13.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 14/12/2006;

**15.13.1.1.** A prorrogação do prazo previsto no subitem anterior poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, **quando requerida pela licitante**, mediante apresentação de justificativa.

**15.13.2.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 15.13.1 deste edital, implicará a decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme dispõe o art. 43, § 2º da LC nº 123, de 14/12/2006;

**15.14.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**15.14.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de (02) duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**15.15.** A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**15.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**15.15.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, **quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento**, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**15.16.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 15.14.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até (02) duas horas, para:

**15.16.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**15.16.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**15.16.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

**15.16.4.** suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fô publico.

**15.16.5.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**15.17.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**15.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 15.14.1 deste edital.

**15.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**15.20.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538](#), de 6 de outubro de 2015).

**15.21.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**15.22.** Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação no certame, a habilitação das licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos, observado o disposto no subitem 15.7 deste edital:

## **15.22. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**15.22.1. No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**15.22.2. No caso de Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**15.22.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**15.22.4. No caso de Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

**15.22.5. No caso de Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**15.22.6. No caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**15.22.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.**

## **15.23. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**15.23.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;

**15.23.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**15.23.3.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**15.23.4.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**15.23.5.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



**15.23.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei nº 12.440, de 07/07/2011, do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943.

#### **15.24. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**15.24.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência, **EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DO LICITANTE**, conforme determina o art. 69, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, há menos de **60 (sessenta) dias** da data prevista para a abertura da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**15.24.1.1.** No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**15.24.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69).

**15.24.2.1.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

**15.24.2.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**15.24.2.3.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**15.24.2.4.** A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **iguais ou superiores a 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**15.24.2.4.1.** As empresas que apresentarem resultado **inferior a 1 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo OU o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

**15.24.2.4.2.** Os documentos referidos acima deverão ser apresentados nos termos do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e da Instrução Normativa RFB Nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, e suas alterações.

#### **16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**16.1.** A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada, no prazo estabelecido no subitem 13.1.4 deste edital, a contar da solicitação do pregoeiro, na forma descrita abaixo:

**16.1.1.** Constar a descrição detalhada do objeto, as informações similares à especificação do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, conforme exigido no item 8 deste edital;

**16.1.2.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma única via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal;

**16.1.3.** Constar a Razão Social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa;

**16.1.4.** Constar a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento;

**16.1.5.** Constar os preços em moeda corrente nacional (Real), o valor unitário em numeral e o valor global em numeral e por extenso (art. 12, inciso II, da Lei nº 14.133/2021), contendo 02 (duas) casas decimais após a vírgula (exemplo: R\$ 0,00);

**16.1.5.1.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**16.1.6.** Constar o **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA será de, no mínimo, 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação. As propostas omissas ou que indicarem prazo inferior serão válidas e consideradas com o prazo mínimo estabelecido neste subitem;

**16.1.7.** Constar o **PRAZO DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:** Conforme descrito no subitem 4.8 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

**16.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

**16.3.** A proposta enviada implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

#### **17. DO RECURSO**

**17.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**17.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**17.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**17.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**17.4.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**17.4.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

17.4.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua **decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos, conforme § 2º do Inciso II, art 165 da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

17.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação **exclusivamente pelo endereço eletrônico [pregoeiros@selc.rr.gov.br](mailto:pregoeiros@selc.rr.gov.br)**;

## 18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

18.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações descritas neste edital e seus anexos;

18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

18.1.6. fraudar a licitação

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

18.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

18.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa;

18.2.3. impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

18.3.2. as peculiaridades do caso concreto

18.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

18.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

18.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1. Para as infrações previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7, 18.1.8 e 18.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.1.1, 18.1.2, 18.1.3 e 18.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#).

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

**18.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**18.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**18.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**18.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**18.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**18.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**18.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**19.1.** O objeto deste pregão será adjudicado pela autoridade superior, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade superior competente para homologação;

**19.2.** A homologação eletrônica deste pregão caberá à autoridade superior competente da SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO- SELC;

**19.3.** A homologação física deste pregão caberá à autoridade competente do órgão originário do processo;

**19.4.** O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.

## 20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**20.1.** Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#);

**20.2.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**20.2.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**20.2.2.** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**20.3.** A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de Registro de Preços.

**20.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** e do **MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

**20.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio do Órgão gerenciador e disponibilizado no **Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP** durante a vigência da ata de registro de preços, conforme art. 18, § 4º, do Decreto nº 11.462/23.

**20.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23.

**20.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme art. 20 do Decreto nº 11.462/23.

**20.8.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**20.8.1.** Em caso de prorrogação da ata, **podrá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**21.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**21.1.1.** dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**21.1.2.** dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

**21.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata, conforme artigo 18, III, do Decreto nº 11.462, de 2023.

**21.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**21.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original, conforme artigo 18, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023.

**21.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**21.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**21.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 28 e 29 do Decreto nº 11.462/23.

**21.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá: (Art. 20, parágrafo único, do Decreto nº 11.462/23).

**21.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#) ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, **exclusivamente para o endereço eletrônico [pregoeiros@selc.rr.gov.br](mailto:pregoeiros@selc.rr.gov.br)**;

22.2. O pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

22.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, mediante petição a ser enviada **exclusivamente para o endereço eletrônico [pregoeiros@selc.rr.gov.br](mailto:pregoeiros@selc.rr.gov.br)**;

22.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos neste edital e seus anexos;

22.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

22.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.7. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema eletrônico e vincularão os participantes e a administração, dentro do prazo estabelecido no subitem 22.2 deste item;

22.8. Quando a impugnação ou pedido de esclarecimento tratar de temas alheios à competência do pregoeiro, ou seja, sobre especificações técnicas ou diretamente vinculados ao Termo de Referência, a petição poderá ser encaminhada ao órgão originário do processo para que se pronuncie acerca da demanda, cabendo ao órgão responder no prazo pré-estabelecido. Caso não o faça, o certame deverá ser adiado “*sine-die*”, até que os questionamentos sejam sanados;

## 23. DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE

23.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, sendo vedado divulgar, reproduzir ou utilizá-los sob qualquer pretexto, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante;

23.2. O Contratado deverá possuir uma Política de Segurança da Informação (POSIN), ou equivalente, aderente ao disposto na IN GSI/PR nº 1, de 27 de maio de 2020, incluindo políticas ou normas para proteção de dados pessoais vigentes e atualizadas, com processo de revisão periódico formalizado e institucionalizado, de forma a garantir, dentre outros requisitos, o uso de sistemática e procedimentos de segurança da informação para assegurar não apenas a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade, mas também a consistência, a privacidade e a confiabilidade dos dados e informações tratados pela Solução de TIC;

23.3. O Contratado deverá garantir que todas as atividades de tratamento de dados pessoais, envolvendo a migração de dados, monitoramento ativo, suporte aos usuários e quaisquer outras operações que envolvam o tratamento de dados pessoais, sejam realizadas de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.708, de 14 de agosto de 2018).

## 24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. A autoridade competente para homologar este procedimento licitatório, poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado;

24.9.1. A anulação do pregão induz à do contrato;

24.9.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

24.10. É facultado ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação;

24.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observando o disposto na Lei nº 418 de 15/01/2004;

24.12. Não serão aceitos “**protocolos de entrega**” ou “**solicitação/requerimento de documento**” em substituição aos documentos exigidos neste edital e seus anexos;

24.13. A **proposta** e os **documentos de habilitação** exigidos neste edital e seus anexos, **caso sejam solicitados**, deverão ser encaminhados, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro, na forma **original** ou de acordo com o disposto na Lei nº 13.726, de 08/10/2018, à **Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC**, localizada na **Av. Nossa Senhora da Consolata, 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista-RR**;

24.14. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos art. 55, § 1º da Lei 14.133 de 1º/04/2021.

24.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.16. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP** no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e no sítio desta Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC no endereço <http://www.selc.rr.gov.br>.

24.17. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro;

24.18. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

24.19. Os prazos previstos neste edital e seus anexos, serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, e considerará prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica nesta SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO- SELC, nos termos do art. 183 da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021

24.20. Quaisquer informações complementares sobre este edital e seus anexos, poderão ser obtidas pelo e-mail [pregoeiros@selc.rr.gov.br](mailto:pregoeiros@selc.rr.gov.br);

24.21. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima ([www.imprensaoficial.rr.gov.br](http://www.imprensaoficial.rr.gov.br)), no Diário Oficial da União ([www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)), quando se tratar de recursos federais, e divulgado em Jornal de grande circulação local, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no sítio desta Secretaria de Estado de Licitação e Contratação- SELC (<http://www.sselc.rr.gov.br>);

24.22. Aplica-se à presente licitação, subsidiariamente, a Lei nº 8.078 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, de 11/09/1990, e demais normas legais pertinentes;

24.23. As minutas deste edital foram elaboradas pelos seguintes setores desta Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC: Divisão de Elaboração de Editais - DEDIT (Minuta do edital - ep. 21590378) e Assessoria de Licitação e Contratação - ALIC (Minuta do contrato - ep. 21644786), em estrita consonância com as regras definidas pela Secretaria de Estado solicitante em seu Termo de Referência, cujo teor foi transcrito na íntegra no anexo I deste edital;

24.24. Ao Pregoeiro designado para conduzir este certame coube o ato de divulgação da abertura da sessão e sua consequente condução até a conclusão, e demais requisitos legalmente previstos nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021 e do 10 do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

## 25. DOS ANEXOS

25.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

25.2. ANEXO I-B – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES;

25.3. ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

25.4. ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

25.5. ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

## 26. DO FORO

26.1. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da comarca de Boa Vista/RR

Boa Vista – RR, 28 de abril de 2026.

(assinado eletronicamente)  
**ALYNE COSME DO VALE**  
 Secretária de Estado de Licitação e Contratação - SELC

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

Compras de TIC - Lei nº 14.133/2021 / [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#).

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 13 da [IN 94/2022 SGDME](#))

1.1. Eventual aquisição de estações de trabalho (desktops), equipamentos móveis (notebooks e tablets) e monitores sobressalentes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL
01	0618576	Desktop Básico, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste termo.	Und.	230	R\$ 4.200,00	R\$ 966.000,00
02	0485858	Desktop Intermediário, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste termo.	Und.	1.927	R\$ 4.529,50	R\$ 8.728.346,5
03	0601762	Notebook Básico, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste termo.	Und.	210	R\$ 4.769,96	R\$ 1.001.691,6
04	0482382	Notebook Intermediário, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste termo.	Und.	415	R\$ 4.593,50	R\$ 1.906.302,5
05	0451815	Monitor de Imagem Sobressalente Básico, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste termo.	Und.	250	R\$ 947,54	R\$ 236.885,00
06	0619128	Monitor de Imagem Sobressalente Intermediário, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste termo.	Und.	817	R\$ 1.653,66	R\$ 1.351.040,2
07	613323	Tablet Intermediário/Avançado, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste termo.	Und.	131	R\$ 1.368,66	R\$ 179.294,46



ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 14.369.560,28 (quatorze milhões, trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta reais e vinte e oito centavos)</b>						<b>R\$ 14.369.560,2</b>

1.1.1. O detalhamento completo das **especificações técnicas** e dos **quantitativos por órgão participante** deste procedimento centralizado encontra-se nos **Anexos I e II** deste Termo.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de consumo de luxo, conforme Decreto nº 10.018, de 27 de setembro de 2021;

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como de natureza comum, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade, bem como características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme dispõe o inciso XIII do art.6º da Lei nº 14.133, de 2021;

1.3.1. A presente contratação não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no art. 3º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, uma vez que não contempla a contratação de mais de uma solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em um único contrato.

1.4. O prazo de vigência do contrato observará o exercício financeiro e a disponibilidade de créditos orçamentários, conforme prevê o **art. 105 da Lei 14.133/21**, iniciando-se a partir da data da última assinatura;

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

1.7. A Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC, criada pela Lei nº 1.850, de 27 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial do Estado de Roraima - DOE/RR na mesma data, possui, dentre as competências previstas no art. 6º da Lei nº 1.850, de 27 de julho de 2023, a faculdade de **instruir os processos para registro de preços de objetos (aquisições e serviços) comuns aos órgãos da administração direta do Estado de Roraima**;

1.8. A SELC, utilizando a faculdade prevista no Art. 6º, §2º da Lei Estadual nº 1.850, de 27 de julho de 2023, justificou a realização da contratação centralizada (SEI nº 19438143), e divulgou o levantamento de demanda, por meio da Intenção de Registro de Preços Centralizado (SEI nº 19403086), Processo Relacionado SEI nº 35101.000926/2025.16, junto aos **órgãos da administração direta**;

1.9. A contratação pretendida será realizada por meio de procedimento centralizado, com adoção do procedimento auxiliar *Sistema de Registro de Preços*. **São participantes os seguintes órgãos:**

ORDEM	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	MANIFESTAÇÃO FORMALIZADA POR MEIO DO PROCESSO Nº:	CÓPIA MANIFES
01	SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO - SELC ( <i>Órgão Gerenciador</i> )	Levantamento realizado por meio do Processo Nº 35101.001032/2025.35 Memorando Ep.19932713	Cópia do Levantament SELC, Ep. 2002
02	CASA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	13101.0002754/2025.10 (19581634)	19837482
03	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE RORAIMA - COGER	13105.000793/2025.05 (19584112)	19837555
04	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN	16101.001388/2025.24 (19623557)	19837571
05	SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA DE RORAIMA - SEINF	21101.002809/2025.74 (19624809)	19837597
06	CORPO DE BOMBEIRO MILITAR - CBM	19102.012475/2025.95 (19691387)	19837611
07	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - SEADI	18101.003300/2025.34 (19683896)	19837628
08	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DE CONVÊNIOS - SECIDADES	30101.001492/2025.40 (19695180)	19837652
09	CASA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA	13103.001701/2025.16 (19780637)	19837672
10	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO - SEED	17101.022611/2025.30 (19801409)	19837700
11	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO - SEGAD	15101.010368/2025.81 (20139283)	20186593

1.9.1. As cópias das manifestações de interesse foram devidamente anexadas neste processo nos eventos processuais indicados na última coluna da tabela acima.

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ( 14 da [IN 94/2022 SGDME](#))

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (21478236) e nos Anexos I e II deste Termo de Referência.

2.2. As especificações constantes no Anexo I deste Termo foram precedidas de estudos técnicos preliminares realizados em conformidade com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, tendo sido utilizados como parâmetro os artefatos de planejamento da última contratação centralizada do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, realizada pela Central de Compras/SEGES, por meio do Edital nº 1/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 90.001/2025. Os arquivos podem ser acessados por meio do [Acesso Link PNCP](#).

2.3. Durante todo o ciclo de vida dos equipamentos deverão ser observadas as condições e prazos relativos à garantia, manutenção e assistência técnica previstos no subitem 4.8 deste Termo, serviços estes incluídos na solução contratada, sem ônus adicional para a Administração.

2.3.1. Complementarmente, para plena operacionalização dos equipamentos, compete à Contratante:

I – providenciar a aquisição e o licenciamento dos softwares necessários à execução das atividades institucionais, tais como Microsoft 365, antivírus e demais aplicações específicas, conforme necessidade de cada unidade administrativa;

II – disponibilizar infraestrutura adequada de energia elétrica e conectividade de rede;

III – realizar, quando necessário, ações de manutenção preventiva e rotinas operacionais internas que não estejam abrangidas pela garantia e assistência técnica do fabricante ou fornecedor.

### 3. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO (art. 15 da [IN 94/2022 SGDME](#))

3.1. A presente contratação tem por objeto a **aquisição de desktops, notebooks, monitores extras e tablets**, destinada à manutenção, à modernização e à ampliação da capacidade da infraestrutura de tecnologia da informação dos órgãos participantes, considerando o caráter permanente da demanda, o ciclo de vida dos equipamentos, a obsolescência tecnológica e a necessidade de padronização do parque computacional. A indisponibilidade ou inadequação desses recursos impacta diretamente a continuidade dos processos administrativos e finalísticos, bem como o desempenho das unidades organizacionais;

3.2. A pretensa contratação assegura a disponibilidade de recursos computacionais compatíveis com os requisitos técnicos e operacionais definidos, reduzindo riscos de indisponibilidade, degradação de desempenho e incompatibilidades tecnológicas. Ademais, contribui para a racionalização dos processos de suporte e manutenção, para a redução de heterogeneidade do parque tecnológico e para a melhoria da capacidade de atendimento às demandas internas, refletindo-se em maior eficiência operacional;

3.3. Sob a perspectiva econômica, a aquisição dos equipamentos apresenta melhor relação custo-benefício quando considerada a vida útil dos equipamentos, em comparação com modelos baseados em locação ou prestação continuada de serviços, evitando a perpetuação de despesas recorrentes e ampliando a previsibilidade orçamentária. A competitividade do mercado fornecedor de equipamentos de informática, aliada à possibilidade de definição de especificações técnicas padronizadas e compatíveis com a realidade institucional, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento;

3.4. A necessidade de ampliação do quantitativo de equipamentos, como desktops, notebooks, tablets e monitores sobressalentes, decorre, em grande parte, do atual cenário tecnológico identificado nos órgãos participantes, onde a maioria opera com um parque computacional obsoleto, limitado em desempenho e incompatível com as demandas atuais de processamento, conectividade e segurança da informação. Essa situação impacta diretamente a eficiência administrativa, a continuidade dos serviços públicos e a própria integração com sistemas corporativos que exigem recursos mínimos de hardware e software;

3.5. A realização do procedimento centralizado para **aquisição de estações de trabalho (desktops), equipamentos móveis (notebooks e tablets) e monitores sobressalentes**, voltados a atender de forma abrangente as demandas dos diversos órgãos da Administração Direta para o exercício de 2026, possibilita a padronização das especificações técnicas, o estabelecimento de um **padrão uniforme de qualidade**, a **redução de esforços** administrativos e técnicos individualizados e a **diminuição de custos**, em razão da realização de um **único procedimento licitatório**, em substituição a múltiplos certames pulverizados. Ademais, a centralização contribui para o aprimoramento dos artefatos de contratação (ETP e TR) por meio de planejamento integrado e especializado, assegurando maior economia processual, otimização de recursos humanos e técnicos, promovendo **maior eficiência e celeridade**. Ressalte-se, ainda, que tal modelo favorece a **obtenção de propostas de menor preço e mais competitivas**, em razão do ganho de escala e do incentivo à competição;

3.6. Os quantitativos a serem adquiridos foram obtidos com base nas manifestações encaminhadas pelos órgãos participantes e encontram-se detalhados no Anexo II deste Termo;

3.7. No levantamento realizado a partir das manifestações de interesse recebidas, os órgãos participantes demonstraram o adequado alinhamento de suas demandas ao planejamento institucional, seja mediante o Plano de Contratações Anual de 2026, seja por meio do Plano Anual de Trabalho (PAT 2026), no caso daqueles que fizeram uso da faculdade prevista no art. 19 do Decreto nº 36.203-E e não elaboraram o PCA no exercício de 2025. Segue, abaixo, o detalhamento correspondente:

Órgão Participante	ID Comprovação Planejamento	Demanda Prevista
SELC (Órgão Gerenciador)	PCA/DFD (cópia eps.19419945/19419227)	Ampliar o quantitativo dos equipamentos permanentes de informática (computador desktop).
CASA CIVIL	PCA/DFD (cópia ep.19837482)	Ampliar o quantitativo dos equipamentos permanentes de informática (computador desktop).
COGER	PCA (cópia ep.19837555)	Aquisição de 06 notebooks e 07 monitores com no mínimo 23". <i>Obs.: Pretende adquirir apenas os notebooks, conforme informado no item 3 da manifestação.</i>
SEPLAN	PCA e PAT (cópia ep.19837571)	Aquisição de Tablet, 128GB, 8GB Ram. <i>Obs.: 1. *Além dos tablets, pretende adquirir desktops, monitores e notebooks, conforme informado no item 3 da manifestação. O referido item será incluído no PCA 2026, de modo a manter conformidade com o valor previsto no PAT.</i>
SEINF	PAT (cópia ep.19837597)	Computador de mesa e/ ou notebook e Ipad.
CBM	PCA/DFD (17516614 17492019) - Processo SEI nº 19102.004958/2025.16	Aquisição de materiais e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC <i>Obs.: Além dos desktops, monitores e tablets, pretende adquirir notebooks, conforme informado no item 3 da manifestação. O referido item será incluído no PCA 2026.</i>
SEADI	PCA (cópia ep.19837628)	Aquisição de materiais de informática, incluindo computadores, notebooks, servidores, mesas interativas e outros.
SECIDADES	PCA (17727362) - Processo SEI nº 30101.000721/2025.17	Aquisição de equipamentos de informática em geral (computadores, notebooks, impressores, etc.. ).
CASA MILITAR	PCA (cópia ep.19837672)	Aquisição de estações de trabalho (desktops) e monitores;
		Aquisição de estações de equipamentos móveis (notebooks);

Órgão Participante	ID Comprovação Planejamento	Demanda Prevista	
		Aquisição de estações de equipamentos móveis (tablets).	
		<b>Total Recursos R\$:</b>	
SEED	PCA / Convênio/ Termos Compromisso (cópia ep.19837700)	PCA 2026: Equipamento de processamento de dados;	
		Convênio n.º 14/2025: Computador, Monitor, Notebook - Vigente até 28/05/2027;	
		Aditivo de Termo de Compromisso PAR Nº 202001767-5: Notebook educacional; Vigente até 30/09/2026	
		Aditivo de Termo de Compromisso PAR Nº 202001768-5: Notebook educacional; Vigente até 30/09/2026	
		<b>Total Recursos R\$:</b>	
SEGAD	PCA (cópia ep. 20186593)	Aquisição de computadores desktop	
		Aquisição de equipamentos de informática em geral (impressoras, scanner de mesa, nobreak, monitor, etc.. )	
		<b>Total Recursos R\$:</b>	
<b>Total Geral:</b>			

### 3.8. Quanto à Adesão à Ata de Registro de Preços - ARP

3.8.1. Será permitida a realização adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, nos termos do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, desde que observados os limites, condições e requisitos nele estabelecidos;

3.8.1.1. A possibilidade de adesão justifica-se pela natureza comum do objeto, desktops, notebooks, monitores extras e tablets, amplamente demandado por órgãos da Administração, permitindo o aproveitamento de preços registrados em condições vantajosas, previamente avaliadas quanto à economicidade e conformidade técnica;

3.8.1.2. A adesão contribui para a racionalização das contratações públicas, redução de custos administrativos, mitigação de riscos e padronização do parque tecnológico, além de evitar a multiplicidade de procedimentos licitatórios para objetos idênticos;

3.8.1.3. Ressalta-se que eventuais adesões estarão condicionadas à demonstração de vantajosidade, à disponibilidade de quantitativos registrados, à anuência do órgão gerenciador e do fornecedor registrado, bem como ao estrito cumprimento dos limites previstos no Decreto nº 11.462/2023;

3.8.1.4. Os órgãos não participantes que realizarem adesão à futura ARP, para efeito de celebração de contrato, deverão:

- Instruir processo de contratação no âmbito do órgão ou entidade;
- elaborar os artefatos de planejamento em conformidade com a legislação vigente, em especial o Estudo Técnico Preliminar, que definirá se o objeto da contratação constitui a solução mais adequada, sob os aspectos técnico e econômico, para o atendimento de suas necessidades, bem como em comparação com outras alternativas disponíveis;
- Indicar e capacitar servidores para a gestão/fiscalização contratual.

### 3.9. Fundamentação Legal:

- Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Federal que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia;
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, norma federal que estabelece o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, norma federal que dispõe sobre o procedimento para a pesquisa de preços para aquisição de bens e serviços;
- Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, norma federal que estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho; ([link acesso portaria](#))
- Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC, que se encontra em sua quarta versão ([link acesso ao guia](#));
- Art. 6º, §2º da Lei Estadual nº 1.850, de 27 de julho de 2023:

Art. 6º - Compete à Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC:

(...)

§ 2º É facultado à Secretaria de Estado de Licitação e Contratação – SELC realizar as atividades preparatórias correspondentes à fase interna da licitação, como a definição da modalidade licitatória, a cotação de preços, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, a elaboração do Termo de Referência – TR ou Projeto Básico – PB, projetos e similares que caracterizem o objeto da contratação, antecedentes à realização dos procedimentos licitatórios propriamente ditos, previstos na legislação pertinente, de objetos - aquisições e serviços - comuns aos órgãos e entidades da Administração Direta, após o levantamento de suas demandas. (grifamos).

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 16 da [IN 94/2022 SGDME](#))

### 4.1. Requisitos de Negócio:

4.1.1. Padronizar as especificações e disposições contratuais da tecnologia de estações de trabalho e equipamentos móveis daqueles órgãos da Administração Pública Estadual que decidirem pela aquisição desses bens;

4.1.2. Permitir a agregação de um volume significativo de demanda do Governo Estadual e, com isso, obter, potencialmente, melhores ofertas em termos financeiros;

4.1.3. Assegurar que os equipamentos adquiridos possuam uma garantia on-site e suporte ao longo de sua vida útil;

4.1.4. Prover recursos computacionais necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades laborais. Tratam-se de recursos de hardware e software que forneçam apoio à execução de tarefas de suporte, administração e gestão de atividades meio e finalísticas relacionadas ao alcance mediato ou indireto do interesse público por meio da implementação das políticas públicas;

4.1.5. Prover apoio computacional à continuidade dos serviços desenvolvidos em cada órgão participantes. Essa funcionalidade está ligada ao princípio da Continuidade do Serviço Público, segundo o qual o Estado, na qualidade de detentor dos bens e interesses públicos, não pode parar, caso contrário, estaria deixando de defender ou representar a coletividade de nossa sociedade;

4.1.6. Maximizar a eficiência energética dos recursos computacionais;

4.1.7. Oferecer compatibilidade tecnológica;

4.1.8. Atender às demandas registradas nos PCAs para o ano de 2026 dos órgãos da administração direta relacionadas à aquisição de desktops, notebooks, tablets e monitores sobressalentes. Para os Órgãos que utilizaram a faculdade prevista no art. 19 do Decreto nº 36.203-E, e não elaboraram o PCA em 2025, a despesa deverá estar prevista no Plano Anual de Trabalho - PATs .

## 4.2. Requisitos de Arquitetura Tecnológicos:

4.2.1. Os desktops e notebooks devem possuir tecnologia Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior;

4.2.2. Os desktops e notebooks básicos devem possuir Processador Intel Core 3- **ou** AMD Ryzen 3 **ou** superior;

4.2.3. Os desktops e notebooks Intermediários devem possuir Processador Intel Core 5 **ou** AMD Ryzen R5 **ou** superiores;

4.2.4. O formato do gabinete dos Desktops devem ser Ultra Small Form Factor (USFF) ou Mini PC;

4.2.5. Os monitores de vídeo dos desktops intermediários devem possuir tecnologia IPS, LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 23,8" polegadas, formato widescreen (16:9);

4.2.6. Os monitores de vídeo dos desktops básicos devem possuir tecnologia LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 23,8" polegadas, formato widescreen (16:9);

4.2.7. Os teclados dos desktops devem possuir teclado padrão ABNT-2 com ajuste de inclinação e conexão USB;

4.2.8. Os notebooks devem possuir tela (dimensão mínima): 14" polegadas;

4.2.9. Os teclados dos notebooks devem possuir padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive “ç”;

4.2.10. Os monitores sobressalentes devem possuir tecnologia IPS, ou LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 23,8" polegadas, formato *widescreen* (16:9);

4.2.11. Os tablets devem possuir tela com dimensão mínima de 10" polegadas e resolução mínima de 1920×1200;

4.2.12. Os equipamentos devem possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança e Desempenho, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis;

4.2.13. Somente serão aceitos processadores lançados a partir de *fevereiro de 2024* e em produção comercial atual, descartando modelos obsoletos ou descontinuados que possam comprometer suporte e compatibilidade futuros;

4.2.14. Os equipamentos devem possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023, Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes;

4.2.15. Os equipamentos deverão operar exclusivamente nas condições normais de funcionamento definidas pelo fabricante e pelos respectivos componentes, sendo obrigatória a observância integral das especificações técnicas originais. É expressamente vedada qualquer configuração, ajuste ou modificação que altere tais condições, incluindo, mas não se limitando a, alterações de frequência de clock (overclock), parâmetros de disco ou de memória, bem como a instalação ou utilização de drivers, firmwares ou softwares não homologados ou não recomendados pelo fabricante do equipamento;

4.2.16. Para notebooks e tablets disponibilizar:

- Maior autonomia de bateria e;
- Peso adequado ao uso.

## 4.3. Requisitos Legais

4.3.1. Normas com as quais a solução de TIC deve estar em conformidade:

- **Portaria SGD/MGI nº 2.715**, de 21 de junho de 2023, norma federal que estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho;
- **Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC**, que se encontra em sua quarta versão;
- **Portaria 170 do INMETRO** ou internacionais compatíveis;
- **Normas Brasileiras**: ABNT NBR ISO 14020; ABNT NBR ISO 14024; NBR 10152; ISO7779:1999 OU outras certificações equivalentes OU superiores.

## 4.4. Requisitos de Capacitação

4.4.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

## 4.5. Requisitos Temporais / Entrega / Recebimento

4.5.1. O prazo e condições relativas a entrega e recebimento dos equipamentos serão descritos no item **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** deste Termo.

## 4.6. Requisitos de Segurança a Informação e Privacidade

4.6.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, sendo vedado divulgar, reproduzir ou utilizá-los sob qualquer pretexto, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante;

4.6.2. O Contratado deverá possuir uma Política de Segurança da Informação (POSIN), ou equivalente, aderente ao disposto na IN GSI/PR nº 1, de 27 de maio de 2020, incluindo políticas ou normas para proteção de dados pessoais vigentes e atualizadas, com processo de revisão periódico formalizado e institucionalizado, de forma a garantir, dentre outros requisitos, o uso de sistemática e procedimentos de segurança da informação para assegurar não apenas a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade, mas também a consistência, a privacidade e a confiabilidade dos dados e informações tratados pela Solução de TIC;

4.6.3. O Contratado deverá garantir que todas as atividades de tratamento de dados pessoais, envolvendo a migração de dados, monitoramento ativo, suporte aos usuários e quaisquer outras operações que envolvam o tratamento de dados pessoais, sejam realizadas de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.708, de 14 de agosto de 2018).

## 4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais: Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, além dos normativos relativos à sustentabilidade ambiental aplicáveis.

4.7.2. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto deste Termo de Referência, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU.

a) No que couber, visando a atender o disposto na legislação aplicável, em destaque a IN SGD-ME nº 94/2022 e a IN SEGES-ME nº 98/2022, o CONTRATADO deverá priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis;

b) Ainda como forma de atender aos requisitos constantes na seção específica de "Tecnologia da Informação e Comunicação - aquisição de (ou serviços que utilizem) bens de informática e automação" do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União. Brasília: AGU, 2024, pp. 226-232, disponível em: [link de acesso](#), acessado em 16/01/2026), os licitantes deverão atentar-se para as seguintes exigências:

b.1) Só será admitida a oferta de desktops e notebooks que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

b.2) Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio(Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### 4.8. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.8.1. A garantia contratual, complementar à garantia legal, terá duração mínima de **5 (cinco) anos** para DESKTOPS e MONITORES; **4 (quatro) anos** para NOTEBOOKS e 3(três) anos para bateria; **2 (dois) anos** para TABLETS, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

4.8.1.1. Os prazos acima foram definidos em conformidade com o subitem 8.6.2 do Anexo I da Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023;

4.8.1.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no subitem anterior, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante;

4.8.1.3. Os equipamentos deverão ser fornecidos com **garantia técnica do fabricante**, contemplando serviço de suporte e assistência técnica no local (on-site), manutenção corretiva, compreendendo a substituição e reposição de componentes, periféricos e peças. Somente será aceita a prestação direta da garantia pelo Contratado quando este for a própria fabricante dos equipamentos.

4.8.2. A garantia será prestada de modo a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o Contratante;

4.8.3. A garantia compreende a execução da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado ou, se for o caso, por assistência técnica autorizada, observadas as normas técnicas pertinentes;

4.8.3.1. O serviço de assistência técnica em garantia deverá cobrir todos os procedimentos técnicos necessários ao reparo de falhas eventualmente apresentadas nos equipamentos, visando ao restabelecimento de seu pleno funcionamento, incluindo, entre outros, a substituição de peças e componentes de hardware, ajustes e reparos técnicos conforme manuais e normas do fabricante, bem como, quando necessário, a substituição do equipamento defeituoso por outro novo, sem uso, do mesmo modelo e padrão ofertado na proposta ou superior;

4.8.3.1.1. As peças que apresentarem vício ou defeito durante o período de garantia deverão ser substituídas por peças novas, de primeiro uso e originais, com qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das originalmente empregadas na fabricação do equipamento.

4.8.3.2. O acionamento da assistência técnica em garantia deverá estar disponível, preferencialmente, por meio de central telefônica gratuita (0800) ou via website, ambos em língua portuguesa (Português-BR), permitindo a abertura de chamados e o fornecimento de número de protocolo para acompanhamento e monitoramento das solicitações, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados;

4.8.3.3. O **atendimento on-site** deverá ocorrer **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis**, contados da abertura do chamado por telefone, e-mail ou portal web, incluindo, quando necessário, a substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos. Todo atendimento on-site deverá ser realizado com acompanhamento do Fiscal Técnico ou de servidor por ele formalmente designado.

4.8.3.3.1. Não sendo possível a solução da falha durante o atendimento on-site, em razão da complexidade do reparo ou da necessidade de execução de serviços em ambiente técnico especializado, poderá o equipamento ser retirado para manutenção em laboratório ou centro técnico autorizado, mediante autorização do Fiscal Técnico ou servidor por ele designado;

4.8.3.3.2. Nessa hipótese, o **equipamento deverá ser devolvido** em pleno funcionamento **no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis**, contados da retirada;

4.8.3.3.2.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.8.3.3.3. Caso não seja possível restabelecer o funcionamento do equipamento no prazo previsto, o Contratado deverá substituí-lo, sem ônus adicional, por equipamento do mesmo modelo ou superior, para uso provisório pelo Contratante até a solução definitiva do problema.

4.8.4. Decorrido o prazo para reparos ou substituição sem atendimento da solicitação ou apresentação de justificativa aceita pelo Contratante, este poderá contratar terceiros para execução dos serviços, ficando o Contratado obrigado a ressarcir os custos correspondentes, sem prejuízo da garantia dos equipamentos;

4.8.5. O transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado;

4.8.6. A garantia possui vigência própria, independente da vigência contratual, podendo ensejar aplicação de penalidades mesmo após o encerramento do contrato;

4.8.7. Nos reparos de equipamentos com unidade de armazenamento SSD, deverá ser adotado procedimento seguro de eliminação de dados ou método equivalente que assegure a proteção das informações do Contratante.

#### 4.9. Requisitos de Experiência Profissional e de Formação de Equipe

4.9.1. A prestação de assistência técnica e garantia deverá ser realizada por técnicos capacitados para os bens em questão, dispondo de todos os recursos e ferramentas necessários para a execução de manutenção e suporte.

#### 4.10. Requisitos de Projeto e Implementação

4.10.1. Previstos na norma para processos de desenvolvimento de software, técnicas, métodos, gestão e documentação. Por se tratar de aquisição de equipamentos de TIC, tais requisitos não se aplicam.

#### 4.11. Requisitos de Implantação

4.11.1. Nos termos da alínea "c" do inciso II do art. 16 da Instrução Normativa nº 94/2022, procedeu-se à análise quanto à existência de requisitos de implantação aplicáveis à solução pretendida. Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de equipamentos de TIC (desktops, monitores sobressalentes, notebooks e tablets), verificou-se que não há necessidade de implantação que demande serviços técnicos especializados por parte do Contratado;

4.11.2. A disponibilização dos equipamentos restringe-se à entrega dos bens e à sua instalação física básica, consistindo na conexão à rede elétrica, aos periféricos e na configuração inicial, atividades rotineiras que podem ser executadas pela equipe técnica do Contratante;

4.11.3. Dessa forma, conclui-se pela **inexistência de requisitos específicos de implantação** para a solução pretendida.

#### 4.12. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.12.1. O fornecimento dos equipamentos dependerá do recebimento, pelo Contratado, de Ordem de Fornecimento emitida pela Contratante;

4.12.2. A Ordem de Fornecimento especificará o tipo de equipamento, a quantidade e o local de entrega;



4.12.3. O Contratado deverá disponibilizar meios de contato e registro de ocorrências, operando em horário comercial, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, por e-mail, telefone/WhatsApp ou sistema eletrônico;

4.12.4. O Contratado será responsável pelo acompanhamento do fornecimento dos equipamentos e pela comunicação de quaisquer ocorrências à Contratante.

#### 4.13. Indicação de Marca ou Modelo

4.13.1. A presente contratação não indica marcas ou modelos específicos. O Anexo I deste termo apresenta apenas os requisitos mínimos indispensáveis aos equipamentos pretendidos, garantindo maior competitividade entre fornecedores e permitindo à Administração selecionar equipamentos com melhor relação entre custo e desempenho. Eventuais menções a marcas no referido anexo servem exclusivamente como referência técnica.

4.13.1.1. Quanto aos processadores, foram consideradas as famílias de modelos amplamente disponíveis no mercado e compatíveis com as exigências técnicas estabelecidas. Ressalta-se que o termo “fabricante” abrange todos os equipamentos de processadores que atuam no mercado global, sem limitar a participação a qualquer marca específica.

#### 4.14. Amostra do Objeto

4.14.1. Não será exigida amostra do objeto, uma vez que se referem a bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

#### 4.15. Garantia da Contratação

4.15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, observado a prerrogativa facultada a administração, e a análise conjunta dos seguintes elementos:

a) Os equipamentos, objeto da contratação não possuem natureza complexa nem envolvem estimativa de alto valor, considerando que a disputa será por ITEM e que o valor total estimado para a contratação resulta da soma das estimativas apresentadas pelos **11 órgãos participantes** do procedimento centralizado, não se destinando a um único contrato;

b) A exigência relativa à comprovação de **Qualificação Econômico-Financeira**, conforme prevista nos *subitens 11.2* deste Termo contribui para assegurar a capacidade do CONTRATADO de cumprir suas obrigações, diminuindo a necessidade de garantias adicionais;

c) Será formalizado instrumento contratual disciplinando as sanções administrativas aplicáveis à presente contratação;

d) É importante recordar o que estabelece a Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI: apenas devem ser feitas exigências de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações.

#### 4.16. Subcontratação

4.16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.17. Consórcio

4.17.1. **Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.** A decisão sobre a viabilidade de consórcios em procedimentos licitatórios insere-se na esfera discricionária da Administração Pública, não configurando obrigação legal. A formação de consórcios, por si só, não assegura maior competitividade, ao contrário, pode gerar efeitos prejudiciais à concorrência, uma vez que as empresas consorciadas deixam de disputar entre si, podendo atrair a atenção direta dos próprios fabricantes, que passam a concorrer diretamente no certame. Tal circunstância reduz a possibilidade de que um consórcio formado por empresas não fabricantes ofereça preços mais vantajosos do que aqueles praticados pelos próprios fabricantes.

4.17.2. Além disso, a licitação será realizada **por item**, e a participação em consórcio costuma ser recomendada apenas quando o objeto possui alta complexidade ou elevado vulto, o que não se aplica ao presente caso.

4.17.3. Por fim, destaca-se que o valor estimado para a contratação resulta do somatório das estimativas dos **11 (onze) órgãos participantes** do procedimento, e não de um único instrumento contratual.

#### 4.18. Carta de Solidariedade

4.18.1. **Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante para a pretensa contratação.** Conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), constante em reiteradas decisões, como no Acórdão nº 224/2020 TCU- Plenário, tal carta de solidariedade **só deve ser exigida em situações excepcionais**, uma vez que fere “o princípio da isonomia entre os licitantes, por deixar ao arbítrio do fabricante a indicação de quais representantes poderão participar do certame (Acórdãos 808/2003 – Min. Benjamin Zynler, 1670/2003 – Min. Lincoln Magalhães Rocha, 1676/2005 – Min. Valmir Campelo, 423/2007 – Min. Marcos Bemquerer, 539/2007 – Min. Marcos Bemquerer, 1729/2008 – Min. Valmir Campelo, 2056/2008 – Min. Raimundo Carreiro, do Plenário; 2404 /2009 – Min. José Jorge, da 2ª Câmara, dentre outros)”.

#### 4.19. Informações Relevantes Para a Apresentação da Proposta

4.19.1. O procedimento centralizado envolve 11 (onze) órgãos da administração direta, entretanto, a entrega dos equipamentos ocorrerá em um único local, em Boa Vista/RR;

4.19.2. Os licitantes deverão apresentar proposta de preços conforme o modelo constante no Edital;

4.19.3. Os licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta, comprovação de que o(s) equipamento(s) ofertado(s) atende(m) integralmente às especificações estabelecidas no Anexo I deste Termo de Referência, **por meio de catálogos, manuais ou documentos técnicos equivalentes**;

4.19.3.1. Para esse fim, torna-se **obrigatória** a apresentação da **Tabela de Conformidade Técnica**, conforme **modelo** constante no **Anexo III deste Termo de Referência**, a qual deverá ser preenchida individualmente para cada item proposto e anexada à proposta de preços, sem prejuízo das demais documentações exigidas;

4.19.3.2. No preenchimento da tabela, o licitante deverá indicar, de forma precisa, objetiva e verificável, a localização exata (página, seção ou item) do catálogo, manual ou documento técnico equivalente que comprove o atendimento de cada requisito previsto no Anexo I. Não serão aceitas referências genéricas, menções incompletas, trechos que não guardem correlação direta com o requisito ou documentos que impossibilitem a conferência inequívoca das informações apresentadas;

4.19.3.3. A exigência visa assegurar transparência, rastreabilidade e aderência técnica entre a solução ofertada e as especificações mínimas estabelecidas neste Termo, reforçando a responsabilidade do licitante quanto à veracidade e precisão das informações declaradas;

4.19.3.4. A **Tabela de Conformidade Técnica** integrará a proposta apresentada e servirá como documento oficial para análise e validação técnica do(s) equipamento(s). A ausência da tabela, o seu preenchimento incorreto ou incompleto ou o não atendimento de qualquer requisito técnico previsto no Anexo I acarretará a imediata **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta.

#### 4.20. Reserva de Cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

4.20.1. Embora o objeto seja **divisível** e o valor total por item **supere R\$ 80.000,00**, hipótese que, em tese, permitiria a aplicação da reserva de cota de até 25% prevista no art. 48 da LC nº 123/2006, a adoção desse benefício mostra-se **tecnicamente e economicamente inviável** para a Administração, nos termos do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015;

4.20.2. A licitação ocorrerá **por item**, por meio de um procedimento centralizado sob o Sistema de Registro de Preços destinado a **11 órgãos** para aquisição de desktops, notebooks, tablets e monitores extras. A divisão do objeto entre fornecedores distintos comprometeria a padronização dos equipamentos, gerando heterogeneidade de marcas e configurações, o que dificultaria o suporte, a manutenção, a gestão de inventário e a integração tecnológica. Além disso, reduziria o volume do item principal, prejudicando a economia de escala e elevando o custo final para a Administração, podendo trazer impactos negativos ao valor global da licitação centralizada. Tal cenário contraria um dos principais objetivos das contratações conduzidas pela SELC: reduzir o preço dos bens a serem adquiridos mediante ganho de escala, decorrente do quantitativo expressivo de itens demandados de forma centralizada em nome dos diversos órgãos participantes;

4.20.3. Somado a isso, há limitação operacional: o **Sistema Compras.gov.br**, utilizado pela Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC, **não possui a funcionalidade “Benefício Tipo III”**, necessária para registrar cotas exclusivas de ME/EPP no SRP;

4.20.4. Diante desse conjunto de fatores, a reserva de cota de 25% **não se mostra viável nem vantajosa**, razão pela qual sua inaplicação é devidamente justificada.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES** (art. 17 da [IN 94/2022 SGDME](#))

### **5.1. São obrigações do CONTRATANTE**

5.1.1. Além do disposto na minuta de contrato, constituirão obrigações para o CONTRATANTE:

- 5.1.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- 5.1.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento, de acordo com os critérios estabelecidos no **item 6** deste termo;
- 5.1.1.3. Receber o objeto fornecido pelo CONTRATADO que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento ao CONTRATADO, dentro dos prazos preestabelecidos neste instrumento;
- 5.1.1.6. Comunicar ao CONTRATADO todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução da solução de TIC;
- 5.1.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do CONTRATADO, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;
- 5.1.1.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por intermédio de servidor especialmente designado, que anotará em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **5.2. São Obrigações do CONTRATADO**

5.2.1. Além do disposto na minuta de contrato, constituirão obrigações para o CONTRATADO:

- 5.2.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.1.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pelo CONTRATANTE;
- 5.2.1.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a execução dos serviços, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.1.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.1.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.1.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.1.9. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.2.1.10. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- 5.2.1.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990);
- 5.2.1.12. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste instrumento, o objeto com avarias ou defeitos;
- 5.2.1.13. Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos bens fornecidos, nas condições deste instrumento, como forma de dar início ao processo de pagamento pelo CONTRATANTE;
- 5.2.1.14. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por quaisquer problemas relacionados ao fiel cumprimento do contrato;
- 5.2.1.15. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 5.2.1.16. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.1.17. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

### **5.3. São Obrigações do Órgão Gerenciador do Registro de Preços**

- 5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
  - 5.3.3.1. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
  - 5.3.3.2. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.
- 5.3.4. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
  - 5.3.4.1. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;
  - 5.3.4.2. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo

CONTRATADO;

5.3.4.3. As **regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços**, garantida a **verificação do atendimento das especificações técnicas**, observado o disposto no subitem 5.3.3.2, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - Parte I (Entrega e Recebimento)** - (art. 18 da [IN 94/2022 SGDME](#))

### **6.1. Condições de Entrega**

6.1.1. A entrega deverá ser efetuada mediante Ordem de Fornecimento, formalizada pelo Contratante, dela devendo constar: a data, o valor unitário da entrega, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, a identificação e assinatura do responsável, sendo efetuada diretamente pelo órgão requisitante, devidamente autorizado pela autoridade superior, e ainda acompanhada pela nota de empenho ou instrumento equivalente;

6.1.2. O prazo de entrega dos bens é de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única;

6.1.3. Caso não seja possível a entrega dentro do prazo previamente estipulado, o Contratado deverá comunicar as suas razões, com a devida comprovação, com pelo menos 03 (três) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

6.1.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte local e endereço: **Coordenadoria Geral de Gestão e Logística do Estado de Roraima - CGGLE/SEGAD**, situada na Rua Miguel Lupi Martins, nº 214, bairro São Pedro, na cidade Boa Vista - RR;

6.1.4.1. O local de entrega funciona de segunda à sexta, das 07:30h às 13:30h, exceto finais de semana e feriados;

6.1.5. O Contratado obriga-se a entregar os bens em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste TR, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações, desde que devidamente justificada e autorizada pela Administração;

6.1.6. Os equipamentos deverão possuir prazo de garantia e assistência técnica conforme descrito no subitem 4.8 e Anexo I deste TR;

6.1.7. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos bens licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva do Contratado;

6.1.8. Os equipamentos devem estar acondicionados em embalagens individuais, lacradas, com o menor volume possível desenvolvidas para o produto, que se utilize preferencialmente para as embalagens de materiais recicláveis e de modo a garantir um transporte seguro em quaisquer condições e limitações que possam ser encontradas, além de possibilitar o armazenamento e estocagem de forma segura;

6.1.9. O Contratado obriga-se a **entregar os bens acompanhados de termo de garantia, declarações ou certificados do fabricante**, comprovando que o bem possui o prazo de garantia exigido neste instrumento, bem como, o manual do objeto, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

### **6.2. Condições de Recebimento**

6.2.1. Os bens deverão ser **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, pelos fiscais do contrato, **no prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, para fins de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes do Anexo I deste Termo de Referência, da proposta do CONTRATADO e dos critérios de aceitação previstos no subitem 8.21 deste instrumento.

6.2.1.1. Para os fins do disposto no subitem 6.2.1, o termo sumário corresponde ao atesto no verso do documento fiscal ou equivalente.

6.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes do Anexo I deste TR e condições dispostas no subitem 6.1, 8.21 e 8.24 deste Termo, devendo ser substituídos no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

6.2.3. Os bens serão **recebidos definitivamente** pelos fiscais do contrato ou por comissão designada pela autoridade competente, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a realização dos testes e da inspeção detalhados no subitem 8.24 deste Termo, mediante a emissão de termo circunstanciado que comprove o atendimento às exigências previstas neste instrumento;

6.2.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.2.4. No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da entrega do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.2.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato.

### **6.3. Mecanismos Formais de Comunicação**

6.3.1. Consideram-se **mecanismos formais de comunicação** entre a Contratante e o Contratado os seguintes:

- Ordem de Fornecimento;
- Ofício;
- E-mail;
- Sistema eletrônico de abertura de chamados.

### **6.4. Formas de Transferência de Conhecimento**

6.4.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

### **6.5. Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato**

6.5.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - Parte II (Pagamento e Reajuste)** - (art. 18 da [IN 94/2022 SGDME](#))

### **7.1. Liquidação**

7.1.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.1.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.4. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 7.2. Prazo de Pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.2.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

## 7.3. Forma de Pagamento

7.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.3.2. Será considerado data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.3.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.3.5. O Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

## 7.4. Reajuste

7.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/03/2026;

7.4.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

7.4.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

7.4.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (19 da [IN 94/2022 SGDME](#))

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.2. As comunicações entre o contratante e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

8.3. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

### Fiscalização

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### Fiscalização Técnica

8.6. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III)

8.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

8.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

#### **Fiscalização Administrativa**

8.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

8.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

8.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.13.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

8.13.2. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade;

#### **Gestor do Contrato**

8.15. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#));

8.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#));

8.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));

8.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#));

8.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

8.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#));

#### **Crítérios de Aceitação**

8.21. O Contratante reserva-se ao direito de promover avaliação dos equipamentos entregues, para fins de aceitação e recebimento definitivo, e consistirá na verificação dos critérios relacionados a seguir:

8.21.1. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life);

8.21.2. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis;

8.21.3. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado;

8.21.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o equipamento entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica;

8.21.5. Os equipamentos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data da abertura das propostas. Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc;

8.21.6. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo Contratante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data da apresentação da proposta;

8.21.7. Os componentes internos deverão ser homologados e testados (individualmente e em conjunto) pelo fabricante, assim, não sendo admitida a adição ou subtração de qualquer elemento do equipamento. Os componentes do microcomputador (gabinete, teclado e mouse) deverão ser do mesmo fabricante, sendo aceito o regime de OEM (Original Equipment Manufacturer), desde que devidamente comprovado pelo fabricante;

8.21.8. Todas as funcionalidades dos equipamentos devem ser alcançadas mediante conexões integradas aos produtos, ou seja, não serão aceitos mecanismos intermediários, nem hardwares adicionais (externos ou internos), exceto nos casos claramente permitidos pelo CONTRATANTE ou mediante aprovação escrita;

8.21.9. Todos os componentes que fazem parte do(s) equipamento(s) deverá(ão) atender às especificações técnicas mínimas apresentadas no Anexo I deste TR. Serão aceitos componentes de configuração superior à requerida, desde que haja total compatibilidade entre todos os componentes presentes nos equipamentos, porém, a avaliação de conformidade será realizada de forma independente onde não serão aceitas configurações superiores para determinado item em detrimento da oferta de configuração inferior para outros itens. A configuração será verificada utilizando a definição nominal do fabricante, independente de desempenho;

8.21.10. Todos os equipamentos fornecidos (correspondentes a cada item), bem como seus componentes, acessórios ou periféricos devem ser rigorosamente iguais, tanto em estrutura física, formato, capacidade, características construtivas, características técnicas, drivers, marca e modelo;

8.21.11. Os componentes internos deverão ser homologados e testados (individualmente e em conjunto) pelo fabricante, assim, não sendo admitida a adição ou subtração de qualquer elemento do equipamento. Os componentes dos desktops (monitor, gabinete, teclado e mouse) deverão ser do mesmo fabricante, sendo aceito o regime de OEM (Original Equipment Manufacturer), desde que devidamente comprovado pelo fabricante;

8.21.12. Todas as funcionalidades dos produtos devem ser alcançadas mediante conexões integradas aos produtos, ou seja, não serão aceitos mecanismos intermediários, nem hardwares adicionais (externos ou internos), exceto nos casos claramente permitidos pelo CONTRATANTE ou mediante aprovação escrita;



8.21.13. Todos os componentes que farão parte do(s) equipamento(s) deverá(ão) atender às especificações técnicas mínimas apresentadas no Anexo I deste Termo de Referência. Serão aceitos componentes de configuração superior à requerida, desde que haja total compatibilidade entre todos os componentes presentes nos produtos, porém, a avaliação de conformidade será realizada de forma independente onde não serão aceitas configurações superiores para determinado item em detrimento da oferta de configuração inferior para outros itens. A configuração será verificada utilizando a definição nominal do fabricante, independente de desempenho;

8.21.14. Todos os produtos fornecidos (correspondentes a cada item), bem como seus componentes, acessórios ou periféricos devem ser rigorosamente iguais, tanto em estrutura física, formato, capacidade, características construtivas, características técnicas, drivers, marca e modelo;

8.21.15. Os equipamentos devem ser entregues devidamente acondicionados em embalagens individuais, lacradas, com o menor volume possível desenvolvidas para o bem, que se utilize preferencialmente para as embalagens de materiais recicláveis e de modo a garantir um transporte seguro em quaisquer condições e limitações que possam ser encontradas, além de possibilitar o armazenamento e estocagem de forma segura;

8.21.16. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos equipamentos.

8.22. O Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

8.23. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o equipamento cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas no Anexo I deste Termo de Referência, situação em que poderão ser aplicadas ao CONTRATADO as penalidades previstas em lei, e no instrumento contratual. Quando for o caso, a empresa será convocada a substituir o bem rejeitado, sem custo adicional;

#### Procedimentos de Teste e Inspeção

8.24. A verificação da conformidade dos equipamentos fornecidos **será realizada mediante procedimentos de teste e inspeção** destinados a **comprovar o atendimento integral das especificações técnicas e funcionais** constantes no Anexo I deste Termo de Referência e na Proposta do CONTRATADO, abrangendo as seguintes etapas e atividades:

8.24.1. A inspeção dos equipamentos ocorrerá no momento da entrega e durante o processo de recebimento, podendo ser realizada por amostragem ou sobre a totalidade dos itens fornecidos, conforme avaliação da equipe de fiscalização, especialmente quando forem identificados indícios de desconformidade. **A avaliação compreenderá, no mínimo:**

I – Conferência quantitativa dos equipamentos entregues, verificando compatibilidade com a nota fiscal, ordem de fornecimento e demais documentos contratuais;

II – Inspeção das condições físicas dos equipamentos e embalagens, com verificação da integridade dos itens entregues e de seus acessórios;

III – Conferência das especificações técnicas dos equipamentos, incluindo, quando aplicável:

- modelo e fabricante;
- capacidade de processamento, memória e armazenamento;
- interfaces e conectividade;
- acessórios fornecidos;
- sistema operacional e licenciamento;
- demais requisitos técnicos definidos no Anexo I deste Termo de Referência.

IV – Verificação do funcionamento básico dos equipamentos, contemplando:

- inicialização e operação do sistema;
- funcionamento de teclado, mouse, tela e demais periféricos;
- conectividade de rede;
- funcionamento de portas e interfaces;
- operação de áudio, vídeo e dispositivos integrados, quando aplicável;
- verificação do carregamento e funcionamento das baterias, nos equipamentos móveis;

V – Conferência dos números de série, identificação dos equipamentos e registros necessários para controle patrimonial e inventário;

VI – Verificação da documentação técnica, termos de garantia e demais informações exigidas contratualmente.

8.24.2. As informações obtidas durante a inspeção e testes serão registradas pelos fiscais do contrato para fins de controle de recebimento, acompanhamento da execução contratual e gestão do parque tecnológico, podendo ser utilizados sistemas internos de inventário e controle patrimonial;

8.24.3. Os prazos e condições de entrega e recebimento encontram-se descritas no item 6 deste Termo;

8.24.4. Caso sejam identificadas desconformidades, defeitos ou divergências em relação às especificações constantes no Anexo I deste Termo de Referência e na Proposta o CONTRATADO será formalmente comunicado para realizar, dentro do prazo estabelecido no subitem 6.2.2. deste termo:

I – substituição do(s) equipamento(s);

II – correção de defeitos;

III – complementação de itens faltantes; ou

IV – qualquer outra providência necessária ao pleno atendimento do contrato.

8.24.5. Os equipamentos considerados não conformes poderão ser recusados total ou parcialmente, não sendo aceitos até a devida regularização;

8.24.6. O recebimento provisório ocorrerá após a conferência inicial do fornecimento, não implicando aceitação definitiva do objeto;

8.24.7. O recebimento definitivo somente será realizado após a verificação da conformidade técnica e funcional dos equipamentos e a regularização de eventuais pendências identificadas durante os procedimentos de inspeção e testes;

8.25. Os testes de inspeção e a instalação dos equipamentos, restritos à conexão de cabos, energização e configuração inicial, serão realizados por **técnico(s) do Contratante**, por não envolverem procedimentos técnicos complexos ou intervenções capazes de comprometer a integridade ou o funcionamento dos equipamentos. A realização dessas atividades pelo Contratante não caracterizará intervenção técnica indevida nem poderá ser invocada pelo Contratado como fundamento para restrição, limitação ou exclusão da garantia contratual, cuja responsabilidade permanece integralmente atribuída ao Contratado, nos termos do subitem 4.8 deste Termo.

#### Níveis Mínimos de Serviços Exigidos

8.26. Os níveis mínimos de serviço consistem em indicadores mensuráveis definidos pelo órgão/entidade com a finalidade de aferir, de forma objetiva, os resultados pretendidos com a contratação. Para a presente contratação, **adota-se o indicador apresentado na tabela a seguir**, definido em conformidade com o **subitem 10.2.7.1, alínea “a”, e estruturado segundo o modelo previsto na alínea “a” do subitem 10.2.6 da Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023**, que institui o Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação — SISP do Poder Executivo Federal, especialmente no que se refere aos indicadores aplicáveis às contratações de estações de trabalho.

INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO (IAE)		
<b>Finalidade</b>	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
<b>Meta a cumprir</b>	<b>IAE &lt; = 0</b>	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
<b>Forma de acompanhamento</b>	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos equipamentos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.	
<b>Periodicidade</b>	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada	
<b>Instrumento de medição</b>	Ordem de Fornecimento de Bens, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
<b>Mecanismo de Cálculo (%)</b>	<p><b>IAE = TEX - TEST</b></p> <p>Onde:</p> <p>IAE - Indicador de Atraso de Entrega do equipamento;</p> <p>TEX - Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da Ordem de Fornecimento de Bens, da sua data de início até a data de entrega dos equipamentos da Ordem de Fornecimento de Bens.</p> <p>A data de início será aquela constante na Ordem de Fornecimento de Bens; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da Ordem de Fornecimento de Bens. A data de entrega da Ordem de Fornecimento de Bens deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeite a entrega, o prazo de execução da Ordem de Fornecimento de Bens continua a correr, findando-se apenas quando a Contratada entregar os produtos da Ordem de Fornecimento de Bens e haja aceitação por parte do fiscal técnico;</p> <p>TEST - Tempo Estimado para a execução da Ordem de Fornecimento de Bens – constante na Ordem de Fornecimento de Bens, conforme estipulado no item 6 deste Termo de Referência.</p>	
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens	
<b>Sanções/ faixas de ajuste</b>	<p><b>IAE &lt;= 0: Pagamento integral da Ordem de Fornecimento de Bens;</b></p> <p><b>IAE &gt;= 1 e &lt; 30: Aplicar-se-á glosa de 0,5% por dia útil de atraso sobre o valor da Ordem de Fornecimento de Bens ou fração em atraso;</b></p> <p><b>IAE &gt;= 30: Aplicar-se-á glosa de 10% sobre o valor da Ordem de Fornecimento de Bens ou fração em atraso acrescido de 0,5% por dia útil de atraso sobre o valor da Ordem de Fornecimento de Bens ou fração em atraso limitado em 30% sobre o valor da Ordem de</b></p>	

INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO (IAE)	
	Fornecimento de Bens, bem como multa de 2% sobre o valor do contrato.
Observações	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.

#### Infrações e Sanções Administrativas

8.27. As infrações e sanções administrativas aplicáveis à presente contratação serão as previstas em edital e contrato.

8.28. O atraso superior a 15 (quinze) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

#### Procedimentos para o Pagamento, Descontados os Valores Oriundos da Aplicação de Eventuais Glosas ou Sanções

8.29. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.29.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas ou

8.29.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.30. Após a notificação da glosa, o CONTRATADO terá prazo de 15 (quinze) dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de aceitação da glosa.

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 20 da [IN 94/2022 SGDME](#))

9.1. O valor total estimado da contratação foi obtido em estrita observância ao disposto na IN 65/2022 e art. 20 da IN 94/2022 SGDME, conforme **Justificativa** (21479385);

9.2. O custo total estimado da contratação é de **14.369.560,28 (quatorze milhões, trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta reais e vinte e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos no **Mapa de Cotação de Preços** (21479337);

9.2.1. O custo estimado no subitem anterior resulta da soma das estimativas apresentadas por cada órgão participante, conforme pormenorizado no item 5 do Estudo Técnico Preliminar (21478236) e no Anexo II deste termo;

9.3. Ressalte-se que os valores informados acima são estimativos e não representam compromissos futuros para o CONTRATANTE. Assim, não podem ser considerados como quantidades mínimas garantidas para pagamento, estando sujeitos a alterações conforme as necessidades do Contratante. Tais alterações não gerarão qualquer direito a indenização ao CONTRATADO.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 21 da [IN 94/2022 SGDME](#))

10.1. Por se tratar de um procedimento realizado por meio do Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária e emissão da Declaração do Ordenador de Despesa será realizada oportunamente, no momento da formalização da contratação, em conformidade com o disposto no art. 17 do [Decreto Nº 11.462, de 31 de Março de 2023](#).

10.2. Ressalta-se, que a contratação pretendida envolve a participação de diversos Órgãos da administração direta, razão pela qual, a despesa pretendida, a depender do Contratante **poderá** ser custeada com **recurso federal**, por esse motivo foram observadas na instrução processual, as disposições da legislação federal pertinente, em especial a Lei nº 14.133/2021 e IN 94/2022. Nesse contexto, **destaca-se que os atos relativos ao procedimento licitatório deverão ser publicados no Diário Oficial da União – DOU**.

### 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (arts. 22 e 23 da [IN 94/2022 SGDME](#))

#### 11.1. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **Pregão**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**, conforme Autorizado pela autoridade competente no evento processual 19438143;

11.1.2. A licitação será realizada por **ITEM**, com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item. Tal decisão fundamenta-se nos dispositivos da lei de licitações e na jurisprudência do TCU consolidada na Súmula nº 247 do TCU no tocante à adjudicação, como regra, por item e não por preço global;

11.1.3. Será adotado o procedimento auxiliar **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

#### 11.2. HABILITAÇÃO: Para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.2.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para a abertura do certame, exceto quando dela constar prazo de validade. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, inciso II).

11.2.1.1. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar **todos os demais requisitos de habilitação**.

11.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69).

11.2.2.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, **no caso de a pessoa jurídica** ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

11.2.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.2.2.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.2.2.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **iguais ou superiores a 1 (um)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.2.2.4.1. As empresas que apresentarem resultado **inferior a 1 (um)** em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo **OU** o patrimônio líquido mínimo *de 5% (cinco por cento) do valor estimado do item pertinente*, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta de preços.

11.2.2.4.2. Os documentos referidos acima deverão ser apresentados nos termos do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e da Instrução Normativa RFB Nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, e suas alterações.

## 12. RESPONSÁVEIS

Boa Vista - RR, data constante no sistema.

<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>ANA PAULA MELO FRAGA</b> Coordenadora de Atividade Meio - COAM/SELC <i>Integrante Requisitante</i>	<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>FRANCISCO MALACARNE NETO</b> Assessor Especializado - DTI/COAM/SELC <i>Integrante Técnico</i>
<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>MARIANA MÁRCIA DE BRITO CÔRREA</b> Consultora Técnica - COPLAC/SELC <i>Integrante Administrativo</i>	

Revisado por:

<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>HAIRTON LEVEL SALOMÃO JÚNIOR</b> Gerente de Projetos I - SELC/COPLAC/DIPRO Responsável pela Divisão de Planejamento e Instrução Processual Portaria nº 14/SELC/SEC/COAM/DRH, de 21 de janeiro de 2026	<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>YZADORA RODRIGUES DA SILVA</b> Coordenadora de Planejamento e Compras - COPLAC/SELC
--	--

Aprovo:

<i>(assinado eletronicamente)</i> <b>ALYNE COSME DO VALE</b> Secretária de Estado de Licitação e Contratação - SELC
---

### ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
PROCESSADOR			
1	Microcomputador com arquitetura x86 corporativa, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória.	Intel Core 3 ou AMD Ryzen 3 ou superior	Intel Core 5 ou AMD Ryzen 5 ou superior
2	Processamento gráfico integrado ao processador.	Exigido	Exigido
3	Quantidade mínima de núcleos: <i>Obs.: Para processadores Intel, que possuem dois tipos de núcleos (P-cores e E-cores), será considerado o número mínimo de núcleos rápidos (P-cores).</i>	4	6
4	Quantidade mínima de Threads:	8	12

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
5	Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU.	Exigido	
6	Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado, e sistema de arrefecimento (cooler) com controle de velocidade de acordo com a temperatura (rotação inteligente). <i>Compatível com socket Intel ou equivalente para AMD Ryzen.</i>	Exigido	
7	Suporte AES (Advanced Encryption Standard) para criptografia de dados, ou superior.	Exigido	
8	O modelo do processador ofertado deverá ser claramente indicado na proposta comercial. Somente serão aceitos processadores lançados <i>a partir de fevereiro de 2024</i> e em produção comercial atual, descartando modelos obsoletos ou descontinuados que possam comprometer suporte e compatibilidade futuros.	Exigido	
9	TDP (Thermal Design Power):	Máximo de 121W em operações de turbo máximo. Para operações normais (padrão), máximo de 65W.	
MEMÓRIA RAM			
10	Memória SDRAM Tipo DDR4-3200 (mínimo) ou superior. A compatibilidade da memória (DDR4 ou DDR5) deverá estar alinhada com as especificações do processador ofertado e da placa-mãe correspondente. Deverá comprovar a compatibilidade técnica entre processador, memória e placa-mãe.	Exigido	
11	Tamanho mínimo (em módulo único ou dois módulos idênticos):	16GB	
ARMAZENAMENTO			
12	Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna, com tecnologia de memória flash NAND MLC (Multi-Level-Cell ) ou TLC (Triple-Level-Cell).	Exigido	
13	Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000MB/s para leitura e 1.000MB/s para escrita.	Exigido	
14	Capacidade nominal de armazenamento em SSD:	256 GB	512 GB
PLACA-MÃE			
15	A placa-mãe deve prover suporte às especificações do respectivo equipamento para o processador, memória RAM, interface de vídeo e unidade de armazenamento.	Exigido	



ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
16	Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta ou integrada. Não serão aceitas implementações por firmware.		Exigido
17	Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura do gabinete, ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia.		Exigido
18	Capacidade de inventário remoto de hardware.		Exigido
19	Suporte a gerenciamento de energia EnergyStar EPA, APM/ACPI BIOS v1.0 ou superior.		Exigido
20	Suporte a boot por dispositivo conectado à porta USB (exemplo: pendrive) e pela rede.		Exigido
21	Suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation).		Exigido
<b>INTERFACE</b>			
22	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort) e ambas devem ser compatíveis com as interfaces disponíveis no monitor que acompanha o equipamento e devem ser compatíveis para utilização do microcomputador com, no mínimo, 2 (dois) monitores simultâneos, com opções para imagem duplicada e extensão da área de trabalho.		Exigido
23	Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces USB frontais, com pelo menos a versão 3.0, e, no mínimo, 4 (quatro) USB traseiras. Das USB frontais, pelo menos uma deverá ser do tipo C. Das USB traseiras, pelo menos 2 (duas) deverão ser USB 3.0 Tipo A (padrão) ou superiores, e as outras 2 (duas) pelo menos USB 2.0. <i>Não será admitida a utilização de hubs ou adaptadores.</i>		Exigido
24	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface PCI Express, ou superior, compatível com a unidade de armazenamento ofertada.		Exigido
25	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000), com autosense, full-duplex, configurável por software, suporte aos padrões PXE 2.0. com suporte nativo para protocolo WoL.		Exigido
26	Adaptador de rede wireless integrado ao gabinete, compatível com os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac/ax operando nas frequências (Wi-Fi 6), de 2.4 GHz e 5GHz. Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo.		Exigido
27	Possuir interfaces para áudio estéreo de 16 bits (mic-in e line-out), sendo pelo menos 01 (uma) mic-in e 01 (uma) line-out na parte		Exigido

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
	frontal do gabinete, podendo ser do tipo combo.		
<b>BIOS</b>			
28	Total compatibilidade com ACPI (Advanced Configuration and Power Management Interface).		Exigido
29	Tipo flash EPROM (Electrically Programmable Read-Only Memory), atualizável por software, compatível com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.		Exigido
30	Deve suportar atualizações remotas (via software de gerenciamento) ou atualizações do próprio BIOS em modo on-line (conectado à internet).		Exigido
31	O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição do BIOS com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento.		Exigido
32	Estar em conformidade com a especificação SMBIOS (System Management BIOS).		Exigido
33	Possuir suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation).		Exigido
34	BIOS em português ou inglês, compatível com o padrão UEFI 2.5.		Exigido
35	Permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem “.ISO” e/ou “.IMG” via dispositivos de armazenamento USB (pendrive).		Exigido
36	Permitir controle de permissões de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador, outra para alteração das configurações de BIOS.		Exigido
37	Permitir que a senha de acesso ao BIOS seja ativada e desativada via setup.		Exigido
38	Possuir sistema de controle de intrusão, compatível com o sensor de intrusão do gabinete, de forma a permitir a detecção de abertura do gabinete.		Exigido
39	Possuir funcionalidade que permita habilitar e desabilitar interfaces USB (individualmente).		Exigido
40	Possuir campo não editável com o número de série do equipamento gravado em memória não volátil ou campo que permita inserir identificação customizada (identidade patrimonial capturáveis por aplicação de inventário) obs.: não será necessário o fornecimento do software de gerenciamento correspondente.		Exigido
41	Possuir sistema de diagnóstico de hardware com análise da CPU,		Exigido

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
	memória, HD, USB e Placa Mãe. O sistema de diagnóstico deve ser capaz de ser executado na inicialização do POST.		
42	Possuir funcionalidade de desligamento do vídeo e do disco rígido após tempo determinado no sistema operacional com religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse (função Suspend ou Sleep ou Standby).		Exigido
<b>SISTEMA OPERACIONAL</b>			
43	Possuir instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, para uso corporativo, em Português do Brasil (PT-BR), na modalidade OEM, com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado da respectiva documentação. Suportar a possibilidade de atualização para o Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, conforme ciclo de atualização do fabricante.		Exigido
44	A imagem do sistema operacional instalado no microcomputador deve permitir a ativação do sistema operacional através da leitura da chave armazenada na BIOS.		Exigido
45	O download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o microcomputador ofertado, incluindo correções e atualizações deve estar disponível durante toda vigência contratual.		Exigido
<b>CONTROLADORA DE VÍDEO</b>			
46	Controladora de vídeo integrada ao processador com GPU dedicada		Exigido
47	Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima:		1 GB
48	Suporte a resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60 Hz com compatibilidade com todas as resoluções disponíveis do monitor ofertado e suporte mínimo a 16 milhões de cores. Capacidade de suporte para múltiplos monitores simultâneos de acordo com as capacidades técnicas do processador e placa-mãe ofertados.		Exigido
49	Drivers compatíveis com o sistema operacional do equipamento (Windows 11 64 bits e atualizações).		Exigido
50	Suporte aos padrões OPENGL 4.5 e DIRECTX 12, ou versões superiores.		Exigido
51	Driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model).		Exigido
52	Suporte para utilização de, no mínimo, 2 (dois) monitores simultâneos, com opções para imagem duplicada e extensão da área de trabalho.		Exigido

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
<b>TECLADO</b>			
53	Possuir teclado padrão ABNT-2 com ajuste de inclinação e conexão USB, integralmente compatível com o computador ofertado.		Exigido
54	A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.		Exigido
<b>MOUSE</b>			
55	Possuir mouse com tecnologia óptica OU laser de conformação ambidestra (simétrico), com botões esquerdo, direito e scroll central (próprio para rolagem) e conexão USB, compatível com o computador ofertado.		Exigido
56	Deve ser acompanhado de mouse pad com superfície adequada para operação.		Exigido
57	Resolução mínima de 800 dpi.		Exigido
<b>GABINETE</b>			
58	Formato do gabinete:	Ultra Small Form Factor (USFF) ou Mini PC	
59	Volume Máximo do Gabinete:	1,5 litros	
60	O gabinete do equipamento deve ter apresentação discreta, para uso corporativo. Não deve possuir cantos, arestas ou bordas cortantes. Não deve possuir “efeitos” de iluminação ou transparências.		Exigido
61	Permitir a abertura do gabinete e a remoção dos componentes (memória e unidade de armazenamento) sem utilização de ferramentas (funcionalidade tool less), sendo aceitos parafusos recartilhados para a abertura do gabinete. Caso a unidade de armazenamento ofertada seja do tipo M2 (conectada direto à motherboard) serão aceitos parafusos para essa unidade (recartilhados OU outro padrão do fabricante).		Exigido
62	Possuir sistema de refrigeração adequado ao processador e demais componentes internos ao gabinete, dimensionado para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes considerando a operação na capacidade máxima do microprocessador em ambiente não refrigerado. Cooler deve minimamente compatível com socket Intel ou AMD equivalente.		Exigido
63	Possuir ventilação preferencialmente nas partes frontal e traseira – admitindo-se aberturas para ventilação adicional nas partes superior, inferior e lateral.		Exigido
64	Possuir chave liga/desliga (do tipo botão ou touch) e luz de indicação de computador ligado e de atividade da unidade de armazenamento, na parte frontal do gabinete.		Exigido
65	Possuir conectores frontais para headphone e microfone sendo		Exigido

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
	aceita interface tipo combo.		
66	Possuir alto-falante integrado ao gabinete ou placa mãe, interno ao gabinete, com capacidade de reproduzir os sons do sistema e áudios MP3, WMA, entre outros provenientes de arquivos, mídias e internet. O alto-falante deverá se desligar automaticamente, sem qualquer tipo de interferência do usuário, quando da conexão de um fone de ouvido ou caixas de som externas.		Exigido
67	Possuir fonte de alimentação com Tensão de entrada CA 110/220V a 50-60 Hz, com seletor automático, dimensionada para suportar a configuração máxima do equipamento, eficiência mínima de 80% (comprovado por laudo técnico reconhecido) e acompanhada de cabo de alimentação no padrão NBR 14136.		Exigido
68	Apresentar baixo nível de ruído, conforme a NBR 10152 ou ISO7779:1999.		Exigido
69	Possuir sistema de alerta primário, speaker (beep) interno, com capacidade de reproduzir os sons de alerta e alarmes gerados por problemas de inicialização, podendo o speaker (beep) estar integrado a placa mãe.		Exigido
70	Possuir sensor de intrusão integrado, capaz de detectar a intrusão por abertura indevida do gabinete.		Exigido
71	Ser compatível com instalação de solução de segurança física padrão kensington (anilha/abertura) ou similar.		Exigido
72	Deverá possuir certificação EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU outras certificações equivalentes OU superiores, no mínimo.		Exigido
<b>MONITOR DE VÍDEO</b>			
73	Quantidade de monitor de vídeo por microcomputador/conjunto:	01 monitor	
74	Possuir monitor de vídeo com tecnologia IPS, LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 23,8" polegadas, formato widescreen (16:9). <i>Totalmente compatível com o computador ofertado.</i>	Tecnologia IPS Opcional	Exigido
75	Possuir chave liga/desliga (botão ou touch).		Exigido
76	Possuir luz de indicação para estados. ligado/desligado, na parte frontal do monitor.		Exigido
77	Possuir funcionalidades para ajuste de tela e controles digitais de brilho e contraste. Possuir controle OSD		Exigido



ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
	para configuração do monitor (em português ou inglês).		
78	Possuir resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60Hz, suporte mínimo a 16 milhões de cores, brilho 250 cd/m <sup>2</sup> e tempo de resposta máximo de 8ms. Drivers compatíveis com o sistema operacional (Windows 11 64 bits). Suporte a DisplayPort 2.1 ou HDMI 2.1 FRL.		Exigido
79	Possuir, no mínimo, 1 (uma) interface de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort), compatível com uma das interfaces de vídeo digitais disponíveis no computador ofertado, acompanhada do seu respectivo cabo (obs.: deve-se atentar à disponibilidade dos padrões de interfaces de vídeo disponíveis no microcomputador ofertado, pois este deverá suportar 2 (dois) monitores simultâneos em interfaces de padrões iguais ou distintos).		Exigido
80	Permitir a conexão à interface de vídeo presente no microcomputador sem a utilização de acessórios externos (adaptadores, conversores, multiplicadores, divisores de sinal ou quaisquer outros dispositivos ou adaptações que não correspondam a uma solução integrada).		Exigido
81	Fonte de alimentação interna do monitor, com tensão de entrada bivolt automática, 100~224VAC e entrada de faixa de frequência de 50 a 60 Hz automática, acompanhado de cabo de alimentação no padrão NBR14.136, com extensão mínima de 1,50 metros do tipo “Y” para conexão de dois equipamentos simultaneamente em uma única tomada.		Exigido
82	O monitor deverá possuir certificação EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU outras certificações equivalentes OU superiores, no mínimo.		Exigido
83	O monitor deverá ser predominantemente da mesma cor do conjunto ofertado, deverá possuir todos os cabos e acessórios para interconexão com o equipamento ofertado.		Exigido
84	Deverá ser entregue solução que possibilite a fixação do gabinete ao monitor OFERTADO (fixação no próprio monitor ou em pedestal) no padrão VESA (OU encaixe em outro padrão do fabricante), sem alteração ou limitação das condições de ergonomia exigidas para o monitor (inclinação, rotação e ajuste de altura) e acompanhada de todos os itens necessários à fixação (suporte, parafusos, buchas e outros).		Exigido

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
85	O monitor deverá possuir base com regulagem de inclinação, rotação e ajuste de Altura, conforme normas de ergonomia vigentes.	Exigido	
ACESSÓRIOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS			
86	Quando não especificadas exceções, não serão admitidos equipamentos modificados através de adaptadores, frisas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outro procedimento ou emprego de materiais inadequados que adaptem forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.	Exigido	
87	Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes. Todos os cabos necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos, com comprimento de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).	Exigido	
SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO			
88	Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo “kensington” ou “noble wedge” ou similar.	Exigido	
89	Cada equipamento deverá ser acompanhado de 01 (um) cabo de aço com trava/lacre do padrão "kensington" ou similar, do tipo chave/segredo mecânico. Todos os cabos de aço com trava/lacre fornecidos em cada aquisição deverão possuir o mesmo segredo/chave, possibilitando o controle centralizado e facilitando a gestão das chaves pelo órgão contratante.	Exigido	
90	O gabinete deve vir acompanhado de base antiderrapante para fixação sobre mesa.	Exigido	
GARANTIA E CERTIFICAÇÕES			
91	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 5 (cinco) anos, com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.	Exigido	
92	Possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023. Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.	Exigido	
93	Possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança e Desempenho, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.	Exigido	

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS DESKTOPS (ITENS 1 E 2)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
<p><b>Observações Gerais:</b></p> <p>1. Os equipamentos deverão possuir todos os componentes e as mesmas características dos equipamentos descritos neste Anexo e ofertado na proposta comercial, sendo aceitos componentes e especificações superiores;</p> <p>1.1. Em caso de descontinuidade de algum componente dos desktops, durante a vigência da ARP/Contrato, poderá ser admitida a substituição por item de qualidade e características equivalentes ou superiores, desde que previamente aprovada pelo Contratante, mediante comprovação por meio da apresentação da <b>Tabela de Conformidade Técnica</b>.</p> <p>2. Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante dos equipamentos.</p>			

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS NOTEBOOKS (ITENS 3 e 4)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
PROCESSADOR			
1	Com arquitetura x86 corporativa, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória, com extensões de virtualização.	Intel Core 3 <b>ou</b> AMD Ryzen R3 <b>ou</b> superiores	Intel Core 5 <b>ou</b> AMD Ryzen R5 <b>ou</b> superiores
2	Quantidade mínima de núcleos: <i>Obs.: Para processadores Intel (gerações 12<sup>a+</sup>), que possuem dois tipos de núcleos (P-cores e E-cores), será considerado o número mínimo de núcleos rápidos (P-cores).</i>	4	6
3	Quantidade mínima de Threads:	8	12
4	O modelo do processador ofertado deverá ser claramente indicado na proposta comercial. Somente serão aceitos processadores lançados a partir de fevereiro de 2024 e em produção comercial atual, descartando modelos obsoletos ou descontinuados que possam comprometer suporte e compatibilidade futuros.	Exigido	
5	TDP (Thermal Design Power):	Máximo de 55W em operações normais (padrão), excluindo condições de modo turbo de energia dissipada	
PLACA PRINCIPAL			
6	Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O.	Exigido	
7	Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta ou integrada. Não serão aceitas implementações por firmware.	Exigido	
BIOS			
8	Tipo flash EPROM (Electrically Programmable Read-Only Memory), atualizável por software, compatível com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.	Exigido	
9	Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS.	Exigido	
10	Suportar Boot por dispositivos USB e por rede.	Exigido	
11	Permitir a inserção de código de identificação do equipamento na própria	Exigido	

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS NOTEBOOKS (ITENS 3 e 4)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
	BIOS (número do patrimônio e número de série).		
12	Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para os equipamentos e constantes na mídia de drivers e aplicativos que deverá vir com os equipamentos, podendo ser disponibilizado também via download no sítio do fabricante do equipamento.		Exigido
13	O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição do BIOS com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento.		Exigido
14	Possuir sistema de diagnóstico de hardware com análise da CPU, memória, HD, USB e Placa Mãe. O sistema de diagnóstico deve ser capaz de ser executado na inicialização do POST.		Exigido
<b>MEMÓRIA RAM</b>			
15	Memória SDRAM Tipo DDR4 - 3200 ou superior.		Exigido
16	Tamanho mínimo:		16 GB
<b>INTERFACE DE REDE</b>			
17	Controladora de rede de interface RJ-45 compatível com os padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet (10/100/1000), autosense, full-duplex e plug-and-play, configurável totalmente por software.		Exigido
18	Adaptador de rede wireless integrado ao gabinete, compatível com os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac/ax operando nas frequências (Wi-Fi 6), de 2.4 GHz e 5GHz. Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo.		Exigido
19	Bluetooth 5.0 ou superior.		Exigido
20	Não será aceita solução USB para as interfaces de conectividade.		Exigido
<b>INTERFACES DE ÁUDIO</b>			
21	Controladora de áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits, full duplex, com conectores para mic-in e line-out, sendo aceito conector do tipo combo (headset).		Exigido
22	Não será aceita solução USB para interfaces de áudio.		Exigido
<b>INTERFACES DE GRÁFICOS</b>			
23	Controladora de vídeo:		Integrada
24	Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima:		1 GB
25	Suporte a resolução mínima com profundidade de cores de 32 bits de forma independente (imagens diferentes em cada monitor), com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão plug-and-play:		1920x1080
26	Resolução mínima da tela suportada pelo equipamento:		1920x1080

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS NOTEBOOKS (ITENS 3 e 4)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
27	Driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model).	Exigido	
28	Com suporte à API Microsoft DirectX 12 ou superior.	Exigido	
CONEXÕES			
29	Mínimo de 3 (três) portas USB sendo pelo menos 2 (duas) porta USB 3.0 Tipo A ou superior e 1 (uma) USB 3.1 Tipo C.	Exigido	
30	HDMI ou USB tipo C com suporte ao Display Port.	Exigido	
31	Conexão de áudio descrita no item INTERFACES DE ÁUDIO.	Exigido	
32	Conexão de rede descrita no item INTERFACES DE REDE.	Exigido	
UNIDADES DE ARMAZENAMENTO			
33	Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna, com tecnologia de memória flash NAND MLC (Multi-level Cell) ou TLC (Triple-level Cell).	Exigido	
34	Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000 MB/s para leitura e 1.000 MB/s para escrita.	Exigido	
35	Capacidade nominal de armazenamento SSD:	256 GB	512 GB
FONTE DE ALIMENTAÇÃO E BATERIA			
36	A fonte deverá aceitar tensões de 110/220 Volts, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa mãe, possuindo potência de 90 Watts ou menos.	Exigido	
37	A bateria deverá ter capacidade de carga de pelo menos 40Wh.	Exigido	
38	A fonte de alimentação poderá utilizar a interface USB 3.1 Tipo C para energizar o equipamento.	Opcional	
DIMENSÕES			
39	Tela (dimensão mínima):	14” Polegadas	
40	Peso máximo incluso o disco rígido e a bateria principal (sem contar acessórios).	1,8 kg	
SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO			
41	Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo “kensington” ou “noble wedge” ou similar.	Exigido	
42	Deve ser fornecido cabo com trava de segurança compatível, que não conflite, em termos de espaço, com os conectores das interfaces adjacentes. Todos os cabos de aço com trava/lacre do padrão Kensington devem ser fornecidos com o mesmo segredo/chave, para cada aquisição efetuada pelos órgãos.	Exigido	
43	Deve ser acompanhado de maleta para transporte, que comporte o equipamento, acessórios e fonte de alimentação, e ainda possuir revestimento interno macio para proteção contra impacto, arranhões e poeira.	Exigido	
TECLADO			

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS NOTEBOOKS (ITENS 3 e 4)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
44	Padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive “ç.”.	Exigido	
45	A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.	Exigido	
46	Teclado retro-iluminado, alfanumérico com 12 teclas de função.	Opcional	Exigido
47	Teclado deve ser resistente a derramamento de líquidos em pequenas quantidades (respingos, ou seja, deve possuir um grau de proteção mínimo de dois contra ingressos de água nos termos da ABNT NBR IEC 60529: 2017), comprovado por declaração do próprio fabricante, garantindo inclusive a cobertura a este tipo de evento durante todo o período de garantia.	Opcional	
TOUCHPAD			
48	Dispositivo apontador do tipo touchpad, <i>multi- touch</i> , com dois botões além de função de rolagem.	Exigido	
MOUSE EXTERNO			
49	Mouse óptico com 03 (três) botões (incluindo scroll de rolagem), com formato ergonômico e conformação ambidestra.	Exigido	
50	Tecnologia LED, Laser ou Glass laser (glaser).	Exigido	
51	Resolução mínima de 800 dpi.	Exigido	
52	Interface USB.	Exigido	
KIT DE ÁUDIO E VÍDEO			
53	O equipamento deve possuir kit de áudio e vídeo integrados composto de <i>no mínimo</i> : 1(uma) Controladora de som onboard, 2 (dois) Alto-falantes, 1 (um) Microfone e 1 (uma) Webcam	Exigido	
54	Possuir Controladora de som onboard, contendo 01 (uma) saída amplificada para canais estéreos e 01 (uma) entrada para microfone ou combo de áudio única saída.	Exigido	
55	Possuir Alto falantes integrados ao gabinete do notebook com amplificador de sinal.	Exigido	
56	Possuir Microfone integrado ao gabinete do notebook.	Exigido	
57	Possuir Webcam integrada ao gabinete do notebook.	Exigido	
WEBCAM			
58	A Webcam deverá possuir resolução mínima de:	0.92 Megapixel (720p).	2.00 Megapixels (1080p)
SISTEMA OPERACIONAL			
59	Possuir instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, para uso corporativo, em Português do Brasil (PT-BR), na modalidade OEM, com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado da respectiva documentação. Suportar a possibilidade de atualização para o	Exigido	



ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS NOTEBOOKS (ITENS 3 e 4)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
	Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, conforme ciclo de atualização do fabricante.		
60	O download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o microcomputador ofertado, incluindo correções e atualizações deve estar disponível durante toda vigência contratual.		Exigido
<b>ACESSÓRIOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>			
61	Quando não especificadas exceções, não serão admitidos equipamentos modificados através de adaptadores, frisagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outro procedimento ou emprego de materiais inadequados que adaptem forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis		Exigido
62	Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, preferencialmente com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.		Exigido
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>			
63	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 4 (quatro) anos e 3 (três) anos para a bateria, com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.		Exigido
64	Possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023. Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.		Exigido
65	Possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança e Desempenho, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.		Exigido
<b>Observações Gerais:</b> <b>1.</b> Os equipamentos deverão possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento descritas neste Anexo e ofertado na proposta de preços, sendo aceitos componentes e especificações superiores; <b>2.</b> Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.			

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS MONITORES SOBRESSAIENTES (ITENS 5 e 6)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
<b>MONITOR DE VÍDEO - CARACTERÍSTICAS COMUNS AOS DOIS TIPOS</b>			
1	Com tecnologia IPS, ou LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 23,8" polegadas, formato <i>widescreen</i> (16:9).		Exigido

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS MONITORES SOBRESSALENTES (ITENS 5 e 6)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
2	Possuir chave liga/desliga (botão ou <i>touch</i> ).	Exigido	
3	Possuir luz de indicação para estados ligado/desligado, na parte frontal do monitor.	Exigido	
4	Possuir funcionalidades para autoajuste de tela e controles digitais de brilho e contraste. Possuir controle OSD para configuração do monitor (em português ou inglês).	Exigido	
5	Possuir resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60Hz, suporte mínimo a 16 milhões de cores, brilho 250 cd/m <sup>2</sup> e tempo de resposta máximo de 8ms. Drivers compatíveis com o sistema operacional (Windows 11 64 bits).	Exigido	
6	Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de vídeo digital (HDMI ou <i>DisplayPort</i> ) e ambas devem ser compatíveis com as interfaces disponíveis no monitor que acompanha o equipamento e devem ser compatíveis para utilização do microcomputador com, no mínimo, 2 (dois) monitores simultâneos, com opções para imagem duplicada e extensão da área de trabalho. Além disso, deverá ter 1 (uma) saída para fone de ouvido.	Exigido	
7	Fonte de alimentação interna do monitor, com tensão de entrada bivolt automática, 100~224VAC e entrada de faixa de frequência de 50 a 60 Hz automática, acompanhado de cabo de alimentação no padrão NBR14.136, com extensão mínima de 1,50 metros do tipo “Y” para conexão de dois equipamentos simultaneamente em uma única tomada.	Exigido	
8	O monitor deverá possuir todos os cabos e acessórios necessários para o seu funcionamento.	Exigido	
9	O monitor deverá possuir base com regulagem de inclinação, rotação e ajuste de altura, conforme normas de ergonomia vigentes. Deverá ser acompanhado de todos os itens necessários à fixação (parafusos, buchas e outros).	Exigido	
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>			
10	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 5 (cinco) anos, com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.	Exigido	
11	Deverá possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança que abrange aspectos de segurança e EMC, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.	Exigido	
12	Deverá possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023, Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.	Exigido	

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS MONITORES SOBRESSALENTES (ITENS 5 e 6)	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO
<b>ACESSÓRIOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>			
13	Quando não especificadas exceções, não serão admitidos equipamentos modificados através de adaptadores, frisagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outro procedimento ou emprego de materiais inadequados que adaptem forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.	Exigido	
14	Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, preferencialmente com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.	Exigido	
<b>CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO TIPO INTERMEDIÁRIO - VIDEOCONFERÊNCIA</b>			
15	WEBCAM INCORPORADA resolução Full HD (1080p) com campo de visão de 76,9 ° de visão.	Opcional	Exigido
16	ENTRADA DE AUDIO - 2 microfones digitais.	Opcional	Exigido
17	AUDIO - Alto falante estéreo com potência de saída de 5Watt.	Opcional	Exigido
<b>Observações Gerais:</b> <b>1.</b> Os equipamentos deverão possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento descritas neste Anexo e ofertado na proposta de preços, sendo aceitos componentes e especificações superiores; <b>2.</b> Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes, tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.			

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS TABLETS (ITEM 7)	INTERMEDIÁRIO/ AVANÇADO
<b>PROCESSADOR</b>		
1	Deverá ser <i>octa-core</i> ARM com arquitetura de alto desempenho ou equivalente de performance elevada com suporte robusto para multitarefa e processamento paralelo.	Exigido
2	O modelo do processador ofertado deverá ser claramente indicado na proposta comercial. Somente serão aceitos processadores lançados <i>a partir de fevereiro de 2024</i> e em produção comercial atual, descartando modelos obsoletos ou descontinuados que possam comprometer suporte e compatibilidade futuros.	Exigido
<b>MEMÓRIA RAM</b>		
3	Possuir no mínimo 6GB (tipo LPDDR5 ou LPDDR4X recomendado para largura de banda otimizada).	Exigido
<b>ARMAZENAMENTO</b>		
4	Armazenamento com suporte MicroSD para expansão, de mínimo:	128GB
<b>DISPLAY E DIMENSÕES</b>		
5	Tela (dimensão mínima):	10" polegadas
6	Resolução mínima:	1920×1200

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS TABLETS (ITEM 7)	INTERMEDIÁRIO/ AVANÇADO
7	Taxa de atualização mínima: 90 Hz mínimo (120 Hz+ recomendado).	Exigido
8	Touchscreen capacitivo com suporte a <i>stylus</i> ativo.	Exigido
<b>CONECTIVIDADE</b>		
9	Wi-fi padrão IEEE 802.11ax com largura de canal até 160 MHz, suporte a MIMO 2x2 ou 4x4, frequências 2.4 e 5 GHz.	Exigido
10	Possuir Bluetooth do tipo 5.x.	Exigido
11	Módulo integrado 4G/5G	Exigido
12	Geolocalização: GPS L1 (1575.42 MHz), GLONASS L1 (1602 MHz).	Exigido
<b>BATERIA E CARREGAMENTO</b>		
13	Capacidade: Entre 7.000-10.000 mAh.	Exigido
14	Autonomia: ≥10 horas em uso misto.	Exigido
15	Carregamento: Suporte a carga rápida via USB-C PD (18W+).	Exigido
<b>SISTEMAS DE CÂMERAS</b>		
16	Câmera Traseira, Resolução Mínima:	12 MP
17	Câmera Frontal, Resolução Mínima:	5 MP
<b>SISTEMA OPERACIONAL</b>		
18	Mínimo Android 13 (recomendado Android 14+), com suporte a MDM (controle corporativo) e atualizações de segurança garantidas por mínimo 36 meses conforme requisitos Android Enterprise Recommended.	Exigido
<b>RESISTÊNCIA FÍSICA DO APARELHO</b>		
19	Padrão de proteção contra água/poeira: IP54 ou superior.	Exigido
20	Acabamento reforçado ou capa com proteção para uso em campo.	Opcional
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>		
21	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 2 (dois) anos com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.	Exigido
22	Deverá possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança que abrange aspectos de segurança e EMC, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.	Exigido
23	Deverá possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023, Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.	Exigido
<b>Observações Gerais:</b> 1. Os equipamentos deverão possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento descritas neste Anexo e ofertado na proposta de preços, sendo aceitos componentes e especificações superiores; 2. Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante, ou dos componentes,		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA OS TABLETS (ITEM 7)	INTERMEDIÁRIO/ AVANÇADO
	tais como, alterações de frequência de clock (overclock), características de disco ou de memória, e drivers não recomendados pelo fabricante do equipamento.	

**ANEXO II -DO TERMO DE REFERÊNCIA  
DA ESTIMATIVA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE**

ESTIMATIVA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE							
Item	Descrição	SELC			CASA CIVIL		
		Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Desktop Básico	0	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	0	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00
2	Desktop Intermediário	50	R\$ 4.529,50	R\$ 226.475,00	20	R\$ 4.529,50	R\$ 90.590,00
3	Notebook Básico	0	R\$ 4.769,96	R\$ 0,00	0	R\$ 4.769,96	R\$ 0,00
4	Notebook Intermediário	0	R\$ 4.593,50	R\$ 0,00	0	R\$ 4.593,50	R\$ 0,00
5	Monitor Sobressalente Básico	50	R\$ 947,54	R\$ 47.377,00	0	R\$ 947,54	R\$ 0,00
6	Monitor Sobressalente Intermediário	0	R\$ 1.653,66	R\$ 0,00	20	R\$ 1.653,66	R\$ 33.073,20
7	Tablet Intermediário/Avançado	0	R\$ 1.368,66	R\$ 0,00	0	R\$ 1.368,66	R\$ 0,00
Total R\$		R\$ 273.852,00			R\$ 123.663,20		

ESTIMATIVA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE							
Item	Descrição	COGER			SEPLAN		
		Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Desktop Básico	0	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	30	R\$ 4.200,00	R\$ 126.000,00
2	Desktop Intermediário	0	R\$ 4.529,50	R\$ 0,00	0	R\$ 4.529,50	R\$ 0,00
3	Notebook Básico	0	R\$ 4.769,96	R\$ 0,00	10	R\$ 4.769,96	R\$ 47.699,60
4	Notebook Intermediário	06	R\$ 4.593,50	R\$ 27.561,00	0	R\$ 4.593,50	R\$ 0,00
5	Monitor Sobressalente Básico	0	R\$ 947,54	R\$ 0,00	0	R\$ 947,54	R\$ 0,00
6	Monitor Sobressalente Intermediário	0	R\$ 1.653,66	R\$ 0,00	30	R\$ 1.653,66	R\$ 49.609,80
7	Tablet Intermediário/Avançado	0	R\$ 1.368,66	R\$ 0,00	15	R\$ 1.368,66	R\$ 20.529,90
Total R\$		R\$ 27.561,00			R\$ 243.839,30		

ESTIMATIVA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE							
Item	Descrição	SEINF			CBM		
		Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Desktop Básico	0	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	0	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00
2	Desktop Intermediário	65	R\$ 4.529,50	R\$ 294.417,50	100	R\$ 4.529,50	R\$ 452.950,00
3	Notebook Básico	0	R\$ 4.769,96	R\$ 0,00	0	R\$ 4.769,96	R\$ 0,00
4	Notebook Intermediário	10	R\$ 4.593,50	R\$ 45.935,00	30	R\$ 4.593,50	R\$ 137.805,00
5	Monitor Sobressalente Básico	0	R\$ 947,54	R\$ 0,00	0	R\$ 947,54	R\$ 0,00
6	Monitor Sobressalente Intermediário	130	R\$ 1.653,66	R\$ 214.975,80	150	R\$ 1.653,66	R\$ 248.049,00
7	Tablet Intermediário/Avançado	0	R\$ 1.368,66	R\$ 0,00	50	R\$ 1.368,66	R\$ 68.433,00
Total R\$		R\$ 555.328,30			R\$ 907.237,00		

ESTIMATIVA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE							
Item	Descrição	SEADI			SECIDADES		
		Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Desktop Básico	0	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	0	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00
2	Desktop Intermediário	150	R\$ 4.529,50	R\$ 679.425,00	20	R\$ 4.529,50	R\$ 90.590,00
3	Notebook Básico	0	R\$ 4.769,96	R\$ 0,00	0	R\$ 4.769,96	R\$ 0,00
4	Notebook Intermediário	48	R\$ 4.593,50	R\$ 220.488,00	10	R\$ 4.593,50	R\$ 45.935,00
5	Monitor Sobressalente Básico	0	R\$ 947,54	R\$ 0,00	0	R\$ 947,54	R\$ 0,00
6	Monitor Sobressalente Intermediário	150	R\$ 1.653,66	R\$ 248.049,00	0	R\$ 1.653,66	R\$ 0,00
7	Tablet Intermediário/Avançado	52	R\$ 1.368,66	R\$ 71.170,32	10	R\$ 1.368,66	R\$ 13.686,60
Total R\$		R\$ 1.219.132,32			R\$ 150.211,60		

ESTIMATIVA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE							
Item	Descrição	CASA MILITAR			SEED		
		Quant.	Valor Unit.	Valor Total	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Desktop Básico	0	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00	0	R\$ 4.200,00	R\$ 0,00
2	Desktop Intermediário	22	R\$ 4.529,50	R\$ 99.649,00	1.500	R\$ 4.529,50	R\$ 6.794.250,00
3	Notebook Básico	0	R\$ 4.769,96	R\$ 0,00	200	R\$ 4.769,96	R\$ 953.992,00
4	Notebook Intermediário	07	R\$ 4.593,50	R\$ 32.154,50	300	R\$ 4.593,50	R\$ 1.378.050,00
5	Monitor Sobressalente Básico	0	R\$ 947,54	R\$ 0,00	100	R\$ 947,54	R\$ 94.754,00
6	Monitor Sobressalente Intermediário	22	R\$ 1.653,66	R\$ 36.380,52	300	R\$ 1.653,66	R\$ 496.098,00
7	Tablet Intermediário/Avançado	04	R\$ 1.368,66	R\$ 5.474,64	0	R\$ 1.368,66	R\$ 0,00
Total R\$		R\$ 173.658,66			R\$ 9.717.144,00		

ESTIMATIVA POR ÓRGÃO PARTICIPANTE						
Item	Descrição	SEGAD			Quantitativo Total	Total Geral R\$
		Quant.	Valor Unit.	Valor Total		
1	Desktop Básico	200	R\$ 4.200,00	R\$ 840.000,00	230	R\$ 966.000,00
2	Desktop Intermediário	0	R\$ 4.529,50	R\$ 0,00	1.927	R\$ 8.728.346,50
3	Notebook Básico	0	R\$ 4.769,96	R\$ 0,00	210	R\$ 1.001.691,60
4	Notebook Intermediário	4	R\$ 4.593,50	R\$ 18.374,00	415	R\$ 1.906.302,50
5	Monitor Sobressalente Básico	100	R\$ 947,54	R\$ 94.754,00	250	R\$ 236.885,00
6	Monitor Sobressalente Intermediário	15	R\$ 1.653,66	R\$ 24.804,90	817	R\$ 1.351.040,22
7	Tablet Intermediário/Avançado	0	R\$ 1.368,66	R\$ 0,00	131	R\$ 179.294,46
Total R\$		R\$ 977.932,90			R\$ 14.369.560,28	

**ANEXO III - DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO TABELA DE CONFORMIDADE TÉCNICA**  
*(Integrante da Proposta de Preços)*

1. Nos termos do subitem 4.19. deste Termo, os licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta, comprovação de que o(s) equipamento(s) ofertado(s) atende(m) integralmente às especificações previstas no Anexo I deste Termo de Referência, mediante a apresentação de catálogos, manuais ou documentos técnicos equivalentes.

1.1. Para esse fim, é OBRIGATÓRIA a apresentação da Tabela de Conformidade Técnica, conforme modelo abaixo, a qual deverá ser preenchida individualmente para cada item proposto e anexada à proposta de preços, sem prejuízo das demais documentações exigidas. A ausência da referida tabela, o seu preenchimento incorreto ou incompleto ou o não atendimento de qualquer requisito técnico previsto no Anexo I acarretará a imediata **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta.

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP BÁSICO (ITEM 1)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
PROCESSADOR			



ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP BÁSICO (ITEM 1)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
1	Microcomputador com arquitetura x86 corporativa, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória (Intel Core 3 <b>ou</b> AMD Ryzen 3 <b>ou</b> superior)		
2	Processamento gráfico integrado ao processador.		
3	Quantidade mínima de núcleos: 4 <i>Obs.: Para processadores Intel, que possuem dois tipos de núcleos (P-cores e E-cores), será considerado o número mínimo de núcleos rápidos (P-cores).</i>		
4	Quantidade mínima de Threads: 8		
5	Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU.		
6	Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado, e sistema de arrefecimento (cooler) com controle de velocidade de acordo com a temperatura (rotação inteligente). <i>Compatível com socket Intel ou equivalente para AMD Ryzen.</i>		
7	Suporte AES (Advanced Encryption Standard) para criptografia de dados, ou superior.		
8	O modelo do processador ofertado deverá ser claramente indicado na proposta comercial. Somente serão aceitos processadores lançados <i>a partir de fevereiro de 2024</i> e em produção comercial atual, descartando modelos obsoletos ou descontinuados que possam comprometer suporte e compatibilidade futuros.		
9	TDP (Thermal Design Power): Máximo de 121W em operações de turbo máximo. Para operações normais (padrão), máximo de 65W.		
<b>MEMÓRIA RAM</b>			
10	Memória SDRAM Tipo DDR4-3200 (mínimo) ou superior. A compatibilidade da memória (DDR4 ou DDR5) deverá estar alinhada com as especificações do processador ofertado e da placa-mãe correspondente. Deverá comprovar a compatibilidade técnica entre processador, memória e placa-mãe.		
11	Tamanho mínimo (em módulo único ou dois módulos idênticos): 16GB		
<b>ARMAZENAMENTO</b>			
12	Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna, com tecnologia de memória flash NAND MLC (Multi-Level-Cell ) ou TLC (Triple-Level-Cell).		
13	Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000MB/s para leitura e 1.000MB/s para escrita.		
14	Capacidade nominal de armazenamento em SSD: 256 GB		
<b>PLACA-MÃE</b>			
15	A placa-mãe deve prover suporte às especificações do respectivo equipamento para o processador, memória RAM, interface de vídeo e unidade de armazenamento.		
16	Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta ou integrada. Não serão aceitas implementações por firmware.		
17	Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura do gabinete, ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia.		
18	Capacidade de inventário remoto de hardware.		
19	Suporte a gerenciamento de energia EnergyStar EPA, APM/ACPI BIOS v1.0 ou superior.		
20	Suporte a boot por dispositivo conectado à porta USB (exemplo: pendrive) e pela rede.		
21	Suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation).		
<b>INTERFACE</b>			
22	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort) e ambas devem ser compatíveis com as interfaces disponíveis no monitor que acompanha o equipamento e devem ser compatíveis para utilização do microcomputador com, no mínimo, 2 (dois) monitores simultâneos, com opções para imagem duplicada e extensão da área de trabalho.		
23	Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces USB frontais, com pelo menos a versão 3.0, e, no mínimo, 4 (quatro) USB traseiras. Das USB frontais, pelo menos uma deverá ser do tipo C. Das USB traseiras, pelo menos 2 (duas) deverão ser USB 3.0 Tipo A (padrão) ou superiores,		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP BÁSICO (ITEM 1)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
	e as outras 2 (duas) pelo menos USB 2.0. <i>Não será admitida a utilização de hubs ou adaptadores.</i>		
24	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface PCI Express, ou superior, compatível com a unidade de armazenamento ofertada.		
25	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000), com autossense, full-duplex, configurável por software, suporte aos padrões PXE 2.0. com suporte nativo para protocolo WoL.		
26	Adaptador de rede wireless integrado ao gabinete, compatível com os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac/ax operando nas frequências (Wi-Fi 6), de 2.4 GHz e 5GHz. Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo.		
27	Possuir interfaces para áudio estéreo de 16 bits (mic-in e line-out), sendo pelo menos 01 (uma) mic-in e 01 (uma) line-out na parte frontal do gabinete, podendo ser do tipo combo.		
<b>BIOS</b>			
28	Total compatibilidade com ACPI (Advanced Configuration and Power Management Interface).		
29	Tipo flash EPROM (Electrically Programmable Read-Only Memory), atualizável por software, compatível com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.		
30	Deve suportar atualizações remotas (via software de gerenciamento) ou atualizações do próprio BIOS em modo on-line (conectado à internet).		
31	O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição do BIOS com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento.		
32	Estar em conformidade com a especificação SMBIOS (System Management BIOS).		
33	Possuir suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation).		
34	BIOS em português ou inglês, compatível com o padrão UEFI 2.5.		
35	Permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem “.ISO” e/ou “.IMG” via dispositivos de armazenamento USB (pendrive).		
36	Permitir controle de permissões de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador, outra para alteração das configurações de BIOS.		
37	Permitir que a senha de acesso ao BIOS seja ativada e desativada via setup.		
38	Possuir sistema de controle de intrusão, compatível com o sensor de intrusão do gabinete, de forma a permitir a detecção de abertura do gabinete.		
39	Possuir funcionalidade que permita habilitar e desabilitar interfaces USB (individualmente).		
40	Possuir campo não editável com o número de série do equipamento gravado em memória não volátil ou campo que permita inserir identificação customizada (identidade patrimonial capturáveis por aplicação de inventário) obs.: não será necessário o fornecimento do software de gerenciamento correspondente.		
41	Possuir sistema de diagnóstico de hardware com análise da CPU, memória, HD, USB e Placa Mãe. O sistema de diagnóstico deve ser capaz de ser executado na inicialização do POST.		
42	Possuir funcionalidade de desligamento do vídeo e do disco rígido após tempo determinado no sistema operacional com religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse (função Suspend ou Sleep ou Standby).		
<b>SISTEMA OPERACIONAL</b>			
43	Possuir instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, para uso corporativo, em Português do Brasil (PT-BR), na modalidade OEM, com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado da respectiva documentação. Suportar a possibilidade de atualização para o Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, conforme ciclo de atualização do fabricante.		
44	A imagem do sistema operacional instalado no microcomputador deve permitir a ativação do sistema operacional através da leitura da chave armazenada na BIOS.		
45	O download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o microcomputador ofertado, incluindo correções e atualizações deve estar disponível durante toda vigência contratual.		
<b>CONTROLADORA DE VÍDEO</b>			

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP BÁSICO (ITEM 1)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
46	Controladora de vídeo integrada ao processador com GPU dedicada		
47	Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima: 1 GB		
48	Suporte a resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60 Hz com compatibilidade com todas as resoluções disponíveis do monitor ofertado e suporte mínimo a 16 milhões de cores. Capacidade de suporte para múltiplos monitores simultâneos de acordo com as capacidades técnicas do processador e placa-mãe ofertados.		
49	Drivers compatíveis com o sistema operacional do equipamento (Windows 11 64 bits e atualizações).		
50	Suporte aos padrões OPENGL 4.5 e DIRECTX 12, ou versões superiores.		
51	Driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model).		
52	Suporte para utilização de, no mínimo, 2 (dois) monitores simultâneos, com opções para imagem duplicada e extensão da área de trabalho.		
<b>TECLADO</b>			
53	Possuir teclado padrão ABNT-2 com ajuste de inclinação e conexão USB, integralmente compatível com o computador ofertado.		
54	A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.		
<b>MOUSE</b>			
55	Possuir mouse com tecnologia óptica OU laser de conformação ambidestra (simétrico), com botões esquerdo, direito e scroll central (próprio para rolagem) e conexão USB, compatível com o computador ofertado.		
56	Deve ser acompanhado de mouse pad com superfície adequada para operação.		
57	Resolução mínima de 800 dpi.		
<b>GABINETE</b>			
58	Formato do gabinete: Ultra Small Form Factor (USFF) ou Mini PC		
59	Volume Máximo do Gabinete: 1,5 litros		
60	O gabinete do equipamento deve ter apresentação discreta, para uso corporativo. Não deve possuir cantos, arestas ou bordas cortantes. Não deve possuir “efeitos” de iluminação ou transparências.		
61	Permitir a abertura do gabinete e a remoção dos componentes (memória e unidade de armazenamento) sem utilização de ferramentas (funcionalidade tool less), sendo aceitos parafusos recartilhados para a abertura do gabinete. Caso a unidade de armazenamento ofertada seja do tipo M2 (conectada direto à motherboard) serão aceitos parafusos para essa unidade (recartilhados OU outro padrão do fabricante).		
62	Possuir sistema de refrigeração adequado ao processador e demais componentes internos ao gabinete, dimensionado para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes considerando a operação na capacidade máxima do microprocessador em ambiente não refrigerado. Cooler deve minimamente compatível com socket Intel ou AMD equivalente.		
63	Possuir ventilação preferencialmente nas partes frontal e traseira – admitindo-se aberturas para ventilação adicional nas partes superior, inferior e lateral.		
64	Possuir chave liga/desliga (do tipo botão ou touch) e luz de indicação de computador ligado e de atividade da unidade de armazenamento, na parte frontal do gabinete.		
65	Possuir conectores frontais para headphone e microfone sendo aceita interface tipo combo.		
66	Possuir alto-falante integrado ao gabinete ou placa mãe, interno ao gabinete, com capacidade de reproduzir os sons do sistema e áudios MP3, WMA, entre outros provenientes de arquivos, mídias e internet. O alto-falante deverá se desligar automaticamente, sem qualquer tipo de interferência do usuário, quando da conexão de um fone de ouvido ou caixas de som externas.		
67	Possuir fonte de alimentação com Tensão de entrada CA 110/220V a 50-60 Hz, com seletor automático, dimensionada para suportar a configuração máxima do equipamento, eficiência mínima de 80% (comprovado por laudo técnico reconhecido) e acompanhada de cabo de alimentação no padrão NBR 14136.		
68	Apresentar baixo nível de ruído, conforme a NBR 10152 ou ISO7779:1999.		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP BÁSICO (ITEM 1)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
69	Possuir sistema de alerta primário, speaker (beep) interno, com capacidade de reproduzir os sons de alerta e alarmes gerados por problemas de inicialização, podendo o speaker (beep) estar integrado a placa mãe.		
70	Possuir sensor de intrusão integrado, capaz de detectar a intrusão por abertura indevida do gabinete.		
71	Ser compatível com instalação de solução de segurança física padrão kensington (anilha/abertura) ou similar.		
72	Deverá possuir certificação EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU outras certificações equivalentes OU superiores, no mínimo.		
<b>MONITOR DE VÍDEO</b>			
73	Quantidade de monitor de vídeo por microcomputador/conjunto: 01 monitor		
74	Possuir monitor de vídeo com tecnologia IPS, LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 23,8" polegadas, formato widescreen (16:9). <i>Totalmente compatível com o computador ofertado.</i> Tecnologia IPS Opcional		
75	Possuir chave liga/desliga (botão ou touch).		
76	Possuir luz de indicação para estados. ligado/desligado, na parte frontal do monitor.		
77	Possuir funcionalidades para ajuste de tela e controles digitais de brilho e contraste. Possuir controle OSD para configuração do monitor (em português ou inglês).		
78	Possuir resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60Hz, suporte mínimo a 16 milhões de cores, brilho 250 cd/m² e tempo de resposta máximo de 8ms. Drivers compatíveis com o sistema operacional (Windows 11 64 bits). Suporte a DisplayPort 2.1 ou HDMI 2.1 FRL.		
79	Possuir, no mínimo, 1 (uma) interface de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort), compatível com uma das interfaces de vídeo digitais disponíveis no computador ofertado, acompanhada do seu respectivo cabo (obs.: deve-se atentar à disponibilidade dos padrões de interfaces de vídeo disponíveis no microcomputador ofertado, pois este deverá suportar 2 (dois) monitores simultâneos em interfaces de padrões iguais ou distintos).		
80	Permitir a conexão à interface de vídeo presente no microcomputador sem a utilização de acessórios externos (adaptadores, conversores, multiplicadores, divisores de sinal ou quaisquer outros dispositivos ou adaptações que não correspondam a uma solução integrada).		
81	Fonte de alimentação interna do monitor, com tensão de entrada bivolt automática, 100~224VAC e entrada de faixa de frequência de 50 a 60 Hz automática, acompanhado de cabo de alimentação no padrão NBR14.136, com extensão mínima de 1,50 metros do tipo "Y" para conexão de dois equipamentos simultaneamente em uma única tomada.		
82	O monitor deverá possuir certificação EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU outras certificações equivalentes OU superiores, no mínimo.		
83	O monitor deverá ser predominantemente da mesma cor do conjunto ofertado, deverá possuir todos os cabos e acessórios para interconexão com o equipamento ofertado.		
84	Deverá ser entregue solução que possibilite a fixação do gabinete ao monitor OFERTADO (fixação no próprio monitor ou em pedestal) no padrão VESA (OU encaixe em outro padrão do fabricante), sem alteração ou limitação das condições de ergonomia exigidas para o monitor (inclinação, rotação e ajuste de altura) e acompanhada de todos os itens necessários à fixação (suporte, parafusos, buchas e outros).		
85	O monitor deverá possuir base com regulagem de inclinação, rotação e ajuste de Altura, conforme normas de ergonomia vigentes.		
<b>ACESSÓRIOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>			
86	Quando não especificadas exceções, não serão admitidos equipamentos modificados através de adaptadores, frisagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outro procedimento ou emprego de materiais inadequados que adaptem forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.		
87	Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes. Todos os cabos necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos, com comprimento de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).		
<b>SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO</b>			

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP BÁSICO (ITEM 1)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
88	Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo “kensington” ou “noble wedge” ou similar.		
89	Cada equipamento deverá ser acompanhado de 01 (um) cabo de aço com trava/lacre do padrão "kensington" ou similar, do tipo chave/segreto mecânico. Todos os cabos de aço com trava/lacre fornecidos em cada aquisição deverão possuir o mesmo segredo/chave, possibilitando o controle centralizado e facilitando a gestão das chaves pelo órgão contratante.		
90	O gabinete deve vir acompanhado de base antiderrapante para fixação sobre mesa.		
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>			
91	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 5 (cinco) anos com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.		
92	Possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023. Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.		
93	Possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança e Desempenho, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP INTERMEDIÁRIO (ITEM 2)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
<b>PROCESSADOR</b>			
1	Microcomputador com arquitetura x86 corporativa, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória (Intel Core 5 ou AMD Ryzen 5 ou superior)		
2	Processamento gráfico integrado ao processador.		
3	Quantidade mínima de núcleos: 6 <i>Obs.: Para processadores Intel, que possuem dois tipos de núcleos (P-cores e E-cores), será considerado o número mínimo de núcleos rápidos (P-cores).</i>		
4	Quantidade mínima de Threads: 12		
5	Tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU.		
6	Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima ininterruptamente, em ambiente não refrigerado, e sistema de arrefecimento (cooler) com controle de velocidade de acordo com a temperatura (rotação inteligente). <i>Compatível com socket Intel ou equivalente para AMD Ryzen.</i>		
7	Suporte AES (Advanced Encryption Standard) para criptografia de dados, ou superior.		
8	O modelo do processador ofertado deverá ser claramente indicado na proposta comercial. Somente serão aceitos processadores lançados a partir de fevereiro de 2024 e em produção comercial atual, descartando modelos obsoletos ou descontinuados que possam comprometer suporte e compatibilidade futuros.		
9	TDP (Thermal Design Power): Máximo de 121W em operações de turbo máximo. Para operações normais (padrão), máximo de 65W.		
<b>MEMÓRIA RAM</b>			
10	Memória SDRAM Tipo DDR4-3200 (mínimo) ou superior. A compatibilidade da memória (DDR4 ou DDR5) deverá estar alinhada com as especificações do processador ofertado e da placa-mãe correspondente. Deverá comprovar a compatibilidade técnica entre processador, memória e placa-mãe.		
11	Tamanho mínimo (em módulo único ou dois módulos idênticos): 16GB		
<b>ARMAZENAMENTO</b>			
12	Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna, com tecnologia de memória flash NAND MLC (Multi-Level-Cell) ou TLC (Triple-Level-Cell).		
13	Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000MB/s para leitura e 1.000MB/s para escrita.		
14	Capacidade nominal de armazenamento em SSD: 512 GB		
<b>PLACA-MÃE</b>			
15	A placa-mãe deve prover suporte às especificações do respectivo equipamento para o processador, memória RAM, interface de vídeo e unidade de armazenamento.		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP INTERMEDIÁRIO (ITEM 2)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
16	Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta ou integrada. Não serão aceitas implementações por firmware.		
17	Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete que permita a detecção de abertura do gabinete, ainda que o equipamento esteja desligado da fonte de energia.		
18	Capacidade de inventário remoto de hardware.		
19	Suporte a gerenciamento de energia EnergyStar EPA, APM/ACPI BIOS v1.0 ou superior.		
20	Suporte a boot por dispositivo conectado à porta USB (exemplo: pendrive) e pela rede.		
21	Suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation).		
<b>INTERFACE</b>			
22	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort) e ambas devem ser compatíveis com as interfaces disponíveis no monitor que acompanha o equipamento e devem ser compatíveis para utilização do microcomputador com, no mínimo, 2 (dois) monitores simultâneos, com opções para imagem duplicada e extensão da área de trabalho.		
23	Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces USB frontais, com pelo menos a versão 3.0, e, no mínimo, 4 (quatro) USB traseiras. Das USB frontais, pelo menos uma deverá ser do tipo C. Das USB traseiras, pelo menos 2 (duas) deverão ser USB 3.0 Tipo A (padrão) ou superiores, e as outras 2 (duas) pelo menos USB 2.0. <i>Não será admitida a utilização de hubs ou adaptadores.</i>		
24	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface PCI Express, ou superior, compatível com a unidade de armazenamento ofertada.		
25	Possuir, no mínimo, 01 (uma) interface RJ-45 Gigabit Ethernet (10/100/1000), com autosenso, full-duplex, configurável por software, suporte aos padrões PXE 2.0. com suporte nativo para protocolo WoL.		
26	Adaptador de rede wireless integrado ao gabinete, compatível com os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac/ax operando nas frequências (Wi-Fi 6), de 2.4 GHz e 5GHz. Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo.		
27	Possuir interfaces para áudio estéreo de 16 bits (mic-in e line-out), sendo pelo menos 01 (uma) mic-in e 01 (uma) line-out na parte frontal do gabinete, podendo ser do tipo combo.		
<b>BIOS</b>			
28	Total compatibilidade com ACPI (Advanced Configuration and Power Management Interface).		
29	Tipo flash EPROM (Electrically Programmable Read-Only Memory), atualizável por software, compatível com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.		
30	Deve suportar atualizações remotas (via software de gerenciamento) ou atualizações do próprio BIOS em modo on-line (conectado à internet).		
31	O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição do BIOS com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento.		
32	Estar em conformidade com a especificação SMBIOS (System Management BIOS).		
33	Possuir suporte aos padrões de gerenciamento WMI (Windows Management Instrumentation).		
34	BIOS em português ou inglês, compatível com o padrão UEFI 2.5.		
35	Permitir iniciar o microcomputador a partir de uma imagem “.ISO” e/ou “.IMG” via dispositivos de armazenamento USB (pendrive).		
36	Permitir controle de permissões de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador, outra para alteração das configurações de BIOS.		
37	Permitir que a senha de acesso ao BIOS seja ativada e desativada via setup.		
38	Possuir sistema de controle de intrusão, compatível com o sensor de intrusão do gabinete, de forma a permitir a detecção de abertura do gabinete.		
39	Possuir funcionalidade que permita habilitar e desabilitar interfaces USB (individualmente).		



ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP INTERMEDIÁRIO (ITEM 2)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
40	Possuir campo não editável com o número de série do equipamento gravado em memória não volátil ou campo que permita inserir identificação customizada (identidade patrimonial capturáveis por aplicação de inventário) obs.: não será necessário o fornecimento do software de gerenciamento correspondente.		
41	Possuir sistema de diagnóstico de hardware com análise da CPU, memória, HD, USB e Placa Mãe. O sistema de diagnóstico deve ser capaz de ser executado na inicialização do POST.		
42	Possuir funcionalidade de desligamento do vídeo e do disco rígido após tempo determinado no sistema operacional com religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse (função Suspend ou Sleep ou Standby).		
<b>SISTEMA OPERACIONAL</b>			
43	Possuir instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, para uso corporativo, em Português do Brasil (PT-BR), na modalidade OEM, com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado da respectiva documentação. Suportar a possibilidade de atualização para o Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, conforme ciclo de atualização do fabricante.		
44	A imagem do sistema operacional instalado no microcomputador deve permitir a ativação do sistema operacional através da leitura da chave armazenada na BIOS.		
45	O download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o microcomputador ofertado, incluindo correções e atualizações deve estar disponível durante toda vigência contratual.		
<b>CONTROLADORA DE VÍDEO</b>			
46	Controladora de vídeo integrada ao processador com GPU dedicada		
47	Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima: 1 GB		
48	Suporte a resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60 Hz com compatibilidade com todas as resoluções disponíveis do monitor ofertado e suporte mínimo a 16 milhões de cores. Capacidade de suporte para múltiplos monitores simultâneos de acordo com as capacidades técnicas do processador e placa-mãe ofertados.		
49	Drivers compatíveis com o sistema operacional do equipamento (Windows 11 64 bits e atualizações).		
50	Suporte aos padrões OPENGL 4.5 e DIRECTX 12, ou versões superiores.		
51	Driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model).		
52	Suporte para utilização de, no mínimo, 2 (dois) monitores simultâneos, com opções para imagem duplicada e extensão da área de trabalho.		
<b>TECLADO</b>			
53	Possuir teclado padrão ABNT-2 com ajuste de inclinação e conexão USB, integralmente compatível com o computador ofertado.		
54	A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.		
<b>MOUSE</b>			
55	Possuir mouse com tecnologia óptica OU laser de conformação ambidestra (simétrico), com botões esquerdo, direito e scroll central (próprio para rolagem) e conexão USB, compatível com o computador ofertado.		
56	Deve ser acompanhado de mouse pad com superfície adequada para operação.		
57	Resolução mínima de 800 dpi.		
<b>GABINETE</b>			
58	Formato do gabinete: Ultra Small Form Factor (USFF) ou Mini PC		
59	Volume Máximo do Gabinete: 1,5 litros		
60	O gabinete do equipamento deve ter apresentação discreta, para uso corporativo. Não deve possuir cantos, arestas ou bordas cortantes. Não deve possuir “efeitos” de iluminação ou transparências.		
61	Permitir a abertura do gabinete e a remoção dos componentes (memória e unidade de armazenamento) sem utilização de ferramentas (funcionalidade tool less), sendo aceitos parafusos recartilhados para a abertura do gabinete. Caso a unidade de armazenamento ofertada seja do tipo M2 (conectada direto à motherboard) serão aceitos parafusos para essa unidade (recartilhados OU outro padrão do fabricante).		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP INTERMEDIÁRIO (ITEM 2)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
62	Possuir sistema de refrigeração adequado ao processador e demais componentes internos ao gabinete, dimensionado para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes considerando a operação na capacidade máxima do microprocessador em ambiente não refrigerado. Cooler deve minimamente compatível com socket Intel ou AMD equivalente.		
63	Possuir ventilação preferencialmente nas partes frontal e traseira – admitindo-se aberturas para ventilação adicional nas partes superior, inferior e lateral.		
64	Possuir chave liga/desliga (do tipo botão ou touch) e luz de indicação de computador ligado e de atividade da unidade de armazenamento, na parte frontal do gabinete.		
65	Possuir conectores frontais para headphone e microfone sendo aceita interface tipo combo.		
66	Possuir alto-falante integrado ao gabinete ou placa mãe, interno ao gabinete, com capacidade de reproduzir os sons do sistema e áudios MP3, WMA, entre outros provenientes de arquivos, mídias e internet. O alto-falante deverá se desligar automaticamente, sem qualquer tipo de interferência do usuário, quando da conexão de um fone de ouvido ou caixas de som externas.		
67	Possuir fonte de alimentação com Tensão de entrada CA 110/220V a 50-60 Hz, com seletor automático, dimensionada para suportar a configuração máxima do equipamento, eficiência mínima de 80% (comprovado por laudo técnico reconhecido) e acompanhada de cabo de alimentação no padrão NBR 14136.		
68	Apresentar baixo nível de ruído, conforme a NBR 10152 ou ISO7779:1999.		
69	Possuir sistema de alerta primário, speaker (beep) interno, com capacidade de reproduzir os sons de alerta e alarmes gerados por problemas de inicialização, podendo o speaker (beep) estar integrado a placa mãe.		
70	Possuir sensor de intrusão integrado, capaz de detectar a intrusão por abertura indevida do gabinete.		
71	Ser compatível com instalação de solução de segurança física padrão kensington (anilha/abertura) ou similar.		
72	Deverá possuir certificação EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU outras certificações equivalentes OU superiores, no mínimo.		
<b>MONITOR DE VÍDEO</b>			
73	Quantidade de monitor de vídeo por microcomputador/conjunto: 01 monitor		
74	Possuir monitor de vídeo com tecnologia IPS, LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 23,8" polegadas, formato widescreen (16:9). <i>Totalmente compatível com o computador ofertado.</i>		
75	Possuir chave liga/desliga (botão ou touch).		
76	Possuir luz de indicação para estados. ligado/desligado, na parte frontal do monitor.		
77	Possuir funcionalidades para ajuste de tela e controles digitais de brilho e contraste. Possuir controle OSD para configuração do monitor (em português ou inglês).		
78	Possuir resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60Hz, suporte mínimo a 16 milhões de cores, brilho 250 cd/m² e tempo de resposta máximo de 8ms. Drivers compatíveis com o sistema operacional (Windows 11 64 bits). Suporte a DisplayPort 2.1 ou HDMI 2.1 FRL.		
79	Possuir, no mínimo, 1 (uma) interface de vídeo digital (HDMI ou DisplayPort), compatível com uma das interfaces de vídeo digitais disponíveis no computador ofertado, acompanhada do seu respectivo cabo (obs.: deve-se atentar à disponibilidade dos padrões de interfaces de vídeo disponíveis no microcomputador ofertado, pois este deverá suportar 2 (dois) monitores simultâneos em interfaces de padrões iguais ou distintos).		
80	Permitir a conexão à interface de vídeo presente no microcomputador sem a utilização de acessórios externos (adaptadores, conversores, multiplicadores, divisores de sinal ou quaisquer outros dispositivos ou adaptações que não correspondam a uma solução integrada).		
81	Fonte de alimentação interna do monitor, com tensão de entrada bivolt automática, 100~224VAC e entrada de faixa de frequência de 50 a 60 Hz automática, acompanhado de cabo de alimentação no padrão NBR14.136, com extensão mínima de 1,50 metros do tipo "Y" para conexão de dois equipamentos simultaneamente em uma única tomada.		
82	O monitor deverá possuir certificação EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool) ou Certificação EnergyStar 5.0 ou Rótulo Ecológico de acordo com as normas Brasileiras ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024 OU outras certificações equivalentes OU superiores, no mínimo.		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DESKTOP INTERMEDIÁRIO (ITEM 2)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
83	O monitor deverá ser predominantemente da mesma cor do conjunto ofertado, deverá possuir todos os cabos e acessórios para interconexão com o equipamento ofertado.		
84	Deverá ser entregue solução que possibilite a fixação do gabinete ao monitor OFERTADO (fixação no próprio monitor ou em pedestal) no padrão VESA (OU encaixe em outro padrão do fabricante), sem alteração ou limitação das condições de ergonomia exigidas para o monitor (inclinação, rotação e ajuste de altura) e acompanhada de todos os itens necessários à fixação (suporte, parafusos, buchas e outros).		
85	O monitor deverá possuir base com regulagem de inclinação, rotação e ajuste de Altura, conforme normas de ergonomia vigentes.		
<b>ACESSÓRIOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>			
86	Quando não especificadas exceções, não serão admitidos equipamentos modificados através de adaptadores, frisas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outro procedimento ou emprego de materiais inadequados que adaptem forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.		
87	Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes. Todos os cabos necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos, com comprimento de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).		
<b>SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO</b>			
88	Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo “kensington” ou “noble wedge” ou similar.		
89	Cada equipamento deverá ser acompanhado de 01 (um) cabo de aço com trava/lacre do padrão "kensington" ou similar, do tipo chave/segreto mecânico. Todos os cabos de aço com trava/lacre fornecidos em cada aquisição deverão possuir o mesmo segredo/chave, possibilitando o controle centralizado e facilitando a gestão das chaves pelo órgão contratante.		
90	O gabinete deve vir acompanhado de base antiderrapante para fixação sobre mesa.		
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>			
91	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 5 (cinco) anos com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.		
92	Possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023. Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.		
93	Possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança e Desempenho, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS NOTEBOOK BÁSICO (ITEM 3)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
<b>PROCESSADOR</b>			
1	Com arquitetura x86 corporativa, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória, com extensões de virtualização (Intel Core 3 ou AMD Ryzen R3 ou superiores).		
2	Quantidade mínima de núcleos: 4 <i>Obs.: Para processadores Intel (gerações 12ª+), que possuem dois tipos de núcleos (P-cores e E-cores), será considerado o número mínimo de núcleos rápidos (P-cores).</i>		
3	Quantidade mínima de Threads: 8		
4	O modelo do processador ofertado deverá ser claramente indicado na proposta comercial. Somente serão aceitos processadores lançados a partir de fevereiro de 2024 e em produção comercial atual, descartando modelos obsoletos ou descontinuados que possam comprometer suporte e compatibilidade futuros.		
5	TDP (Thermal Design Power): Máximo de 55W em operações normais (padrão), excluindo condições de modo turbo de energia dissipada		
<b>PLACA PRINCIPAL</b>			
6	Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O.		
7	Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta ou integrada. Não serão aceitas implementações por firmware.		
<b>BIOS</b>			

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS NOTEBOOK BÁSICO (ITEM 3)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
8	Tipo flash EPROM (Electrically Programmable Read-Only Memory), atualizável por software, compatível com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.		
9	Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS.		
10	Suportar Boot por dispositivos USB e por rede.		
11	Permitir a inserção de código de identificação do equipamento na própria BIOS (número do patrimônio e número de série).		
12	Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para os equipamentos e constantes na mídia de drivers e aplicativos que deverá vir com os equipamentos, podendo ser disponibilizado também via download no sítio do fabricante do equipamento.		
13	O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição do BIOS com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento.		
14	Possuir sistema de diagnóstico de hardware com análise da CPU, memória, HD, USB e Placa Mãe. O sistema de diagnóstico deve ser capaz de ser executado na inicialização do POST.		
<b>MEMÓRIA RAM</b>			
15	Memória SDRAM Tipo DDR4 - 3200 ou superior.		
16	Tamanho mínimo: 16 GB		
<b>INTERFACE DE REDE</b>			
17	Controladora de rede de interface RJ-45 compatível com os padrões Ethernet, Fast- Ethernet e Gigabit Ethernet (10/100/1000), autosense, full-duplex e plug-and-play, configurável totalmente por software.		
18	Adaptador de rede wireless integrado ao gabinete, compatível com os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac/ax operando nas frequências (Wi-Fi 6), de 2.4 GHz e 5GHz. Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo.		
19	Bluetooth 5.0 ou superior.		
20	Não será aceita solução USB para as interfaces de conectividade.		
<b>INTERFACES DE ÁUDIO</b>			
21	Controladora de áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits, full duplex, com conectores para mic-in e line-out, sendo aceito conector do tipo combo (headset).		
22	Não será aceita solução USB para interfaces de áudio.		
<b>INTERFACES DE GRÁFICOS</b>			
23	Controladora de vídeo: Integrada		
24	Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima: 1 GB		
25	Suporte a resolução mínima com profundidade de cores de 32 bits de forma independente (imagens diferentes em cada monitor), com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão plug-and-play: 1920x1080		
26	Resolução mínima da tela suportada pelo equipamento: 1920x1080		
27	Driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model).		
28	Com suporte à API Microsoft DirectX 12 ou superior.		
<b>CONEXÕES</b>			
29	Mínimo de 3 (três) portas USB sendo pelo menos 2 (duas) porta USB 3.0 Tipo A ou superior e 1 (uma) USB 3.1 Tipo C.		
30	HDMI ou USB tipo C com suporte ao Display Port.		
31	Conexão de áudio descrita no item INTERFACES DE ÁUDIO.		
32	Conexão de rede descrita no item INTERFACES DE REDE.		
<b>UNIDADES DE ARMAZENAMENTO</b>			

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS NOTEBOOK BÁSICO (ITEM 3)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
33	Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna, com tecnologia de memória flash NAND MLC (Multi-level Cell) ou TLC (Triple-level Cell).		
34	Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000 MB/s para leitura e 1.000 MB/s para escrita.		
35	Capacidade nominal de armazenamento SSD: 256 GB		
<b>FONTE DE ALIMENTAÇÃO E BATERIA</b>			
36	A fonte deverá aceitar tensões de 110/220 Volts, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa mãe, possuindo potência de 90 Watts ou menos.		
37	A bateria deverá ter capacidade de carga de pelo menos 40Wh.		
38	A fonte de alimentação poderá utilizar a interface USB 3.1 Tipo C para energizar o equipamento. (Opcional)		
<b>DIMENSÕES</b>			
39	Tela (dimensão mínima): 14" Polegadas		
40	Peso máximo incluso o disco rígido e a bateria principal (sem contar acessórios): 1,8 kg		
<b>SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO</b>			
41	Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo "kensington" ou "noble wedge" ou similar.		
42	Deve ser fornecido cabo com trava de segurança compatível, que não conflite, em termos de espaço, com os conectores das interfaces adjacentes. Todos os cabos de aço com trava/lacre do padrão Kensington devem ser fornecidos com o mesmo segredo/chave, para cada aquisição efetuada pelos órgãos.		
43	Deve ser acompanhado de maleta para transporte, que comporte o equipamento, acessórios e fonte de alimentação, e ainda possuir revestimento interno macio para proteção contra impacto, arranhões e poeira.		
<b>TECLADO</b>			
44	Padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive "ç".		
45	A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.		
46	Teclado retro-iluminado, alfanumérico com 12 teclas de função. (Opcional)		
47	Teclado deve ser resistente a derramamento de líquidos em pequenas quantidades (respingos, ou seja, deve possuir um grau de proteção mínimo de dois contra ingressos de água nos termos da ABNT NBR IEC 60529: 2017), comprovado por declaração do próprio fabricante, garantindo inclusive a cobertura a este tipo de evento durante todo o período de garantia. (Opcional)		
<b>TOUCHPAD</b>			
48	Dispositivo apontador do tipo touchpad, <i>multi- touch</i> , com dois botões além de função de rolagem.		
<b>MOUSE EXTERNO</b>			
49	Mouse óptico com 03 (três) botões (incluindo scroll de rolagem), com formato ergonômico e conformação ambidestra.		
50	Tecnologia LED, Laser ou Glass laser (glaser).		
51	Resolução mínima de 800 dpi.		
52	Interface USB.		
<b>KIT DE ÁUDIO E VÍDEO</b>			
53	O equipamento deve possuir kit de áudio e vídeo integrados composto de <i>no mínimo</i> : 1(uma) Controladora de som onboard, 2 (dois) Alto-falantes, 1 (um) Microfone e 1 (uma) Webcam		
54	Possuir Controladora de som onboard, contendo 01 (uma) saída amplificada para canais estéreos e 01 (uma) entrada para microfone ou combo de áudio única saída.		
55	Possuir Alto falantes integrados ao gabinete do notebook com amplificador de sinal.		
56	Possuir Microfone integrado ao gabinete do notebook.		
57	Possuir Webcam integrada ao gabinete do notebook.		
<b>WEBCAM</b>			

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS NOTEBOOK BÁSICO (ITEM 3)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
58	A Webcam deverá possuir resolução mínima de: 0.92 Megapixel (720p).		
<b>SISTEMA OPERACIONAL</b>			
59	Possuir instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, para uso corporativo, em Português do Brasil (PT-BR), na modalidade OEM, com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado da respectiva documentação. Suportar a possibilidade de atualização para o Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, conforme ciclo de atualização do fabricante.		
60	O download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o microcomputador ofertado, incluindo correções e atualizações deve estar disponível durante toda vigência contratual.		
<b>ACESSÓRIOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>			
61	Quando não especificadas exceções, não serão admitidos equipamentos modificados através de adaptadores, frisasgens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outro procedimento ou emprego de materiais inadequados que adaptem forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis		
62	Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, preferencialmente com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.		
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>			
63	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 4 (quatro) anos e 3 (três) anos para a bateria, com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.		
64	Possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023. Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.		
65	Possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança e Desempenho, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS NOTEBOOK INTERMEDIÁRIO (ITEM 4)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
<b>PROCESSADOR</b>			
1	Com arquitetura x86 corporativa, com suporte 32 e 64 bits, utilização de sistemas operacionais de 64 bits e controlador de memória, com extensões de virtualização (Intel Core 5 ou AMD Ryzen R5 ou superiores).		
2	Quantidade mínima de núcleos: 6 <i>Obs.: Para processadores Intel (gerações 12ª+), que possuem dois tipos de núcleos (P-cores e E-cores), será considerado o número mínimo de núcleos rápidos (P-cores).</i>		
3	Quantidade mínima de Threads: 12		
4	O modelo do processador ofertado deverá ser claramente indicado na proposta comercial. Somente serão aceitos processadores lançados a partir de fevereiro de 2024 e em produção comercial atual, descartando modelos obsoletos ou descontinuados que possam comprometer suporte e compatibilidade futuros.		
5	TDP (Thermal Design Power): Máximo de 55W em operações normais (padrão), excluindo condições de modo turbo de energia dissipada		
<b>PLACA PRINCIPAL</b>			
6	Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O.		
7	Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta ou integrada. Não serão aceitas implementações por firmware.		
<b>BIOS</b>			
8	Tipo flash EPROM (Electrically Programmable Read-Only Memory), atualizável por software, compatível com o padrão plug-and-play, sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento.		
9	Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS.		
10	Suportar Boot por dispositivos USB e por rede.		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS NOTEBOOK INTERMEDIÁRIO (ITEM 4)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
11	Permitir a inserção de código de identificação do equipamento na própria BIOS (número do patrimônio e número de série).		
12	Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para os equipamentos e constantes na mídia de drivers e aplicativos que deverá vir com os equipamentos, podendo ser disponibilizado também via download no sítio do fabricante do equipamento.		
13	O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição do BIOS com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento.		
14	Possuir sistema de diagnóstico de hardware com análise da CPU, memória, HD, USB e Placa Mãe. O sistema de diagnóstico deve ser capaz de ser executado na inicialização do POST.		
<b>MEMÓRIA RAM</b>			
15	Memória SDRAM Tipo DDR4 - 3200 ou superior.		
16	Tamanho mínimo: 16 GB		
<b>INTERFACE DE REDE</b>			
17	Controladora de rede de interface RJ-45 compatível com os padrões Ethernet, Fast- Ethernet e Gigabit Ethernet (10/100/1000), autosense, full-duplex e plug-and-play, configurável totalmente por software.		
18	Adaptador de rede wireless integrado ao gabinete, compatível com os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac/ax operando nas frequências (Wi- FI 6), de 2.4 GHz e 5GHz. Não serão aceitos adaptadores Wireless USB para conexão com as interfaces do dispositivo.		
19	Bluetooth 5.0 ou superior.		
20	Não será aceita solução USB para as interfaces de conectividade.		
<b>INTERFACES DE ÁUDIO</b>			
21	Controladora de áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits, full duplex, com conectores para mic-in e line-out, sendo aceito conector do tipo combo (headset).		
22	Não será aceita solução USB para interfaces de áudio.		
<b>INTERFACES DE GRÁFICOS</b>			
23	Controladora de vídeo: Integrada		
24	Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima: 1 GB		
25	Suporte a resolução mínima com profundidade de cores de 32 bits de forma independente (imagens diferentes em cada monitor), com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão plug- and-play: 1920x1080		
26	Resolução mínima da tela suportada pelo equipamento: 1920x1080		
27	Driver de vídeo compatível com WDDM (Windows Display Driver Model).		
28	Com suporte à API Microsoft DirectX 12 ou superior.		
<b>CONEXÕES</b>			
29	Mínimo de 3 (três) portas USB sendo pelo menos 2 (duas) porta USB 3.0 Tipo A ou superior e 1 (uma) USB 3.1 Tipo C.		
30	HDMI ou USB tipo C com suporte ao Display Port.		
31	Conexão de áudio descrita no item INTERFACES DE ÁUDIO.		
32	Conexão de rede descrita no item INTERFACES DE REDE.		
<b>UNIDADES DE ARMAZENAMENTO</b>			
33	Unidade de armazenamento de estado sólido SSD (Solid State Drive) interna, com tecnologia de memória flash NAND MLC (Multi-level Cell) ou TLC (Triple-level Cell).		
34	Utilização de padrão NVMe com interface PCI express e taxa de no mínimo 2.000 MB/s para leitura e 1.000 MB/s para escrita.		
35	Capacidade nominal de armazenamento SSD: 512 GB		
<b>FONTE DE ALIMENTAÇÃO E BATERIA</b>			
36	A fonte deverá aceitar tensões de 110/220 Volts, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa mãe, possuindo potência de 90		



ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS NOTEBOOK INTERMEDIÁRIO (ITEM 4)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
	Watts ou menos.		
37	A bateria deverá ter capacidade de carga de pelo menos 40Wh.		
38	A fonte de alimentação poderá utilizar a interface USB 3.1 Tipo C para energizar o equipamento. (Opcional)		
<b>DIMENSÕES</b>			
39	Tela (dimensão mínima): 14” Polegadas		
40	Peso máximo inclusos o disco rígido e a bateria principal (sem contar acessórios): 1,8 kg		
<b>SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO</b>			
41	Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo “kensington” ou “noble wedge” ou similar.		
42	Deve ser fornecido cabo com trava de segurança compatível, que não conflite, em termos de espaço, com os conectores das interfaces adjacentes. Todos os cabos de aço com trava/lacre do padrão Kensington devem ser fornecidos com o mesmo segredo/chave, para cada aquisição efetuada pelos órgãos.		
43	Deve ser acompanhado de maleta para transporte, que comporte o equipamento, acessórios e fonte de alimentação, e ainda possuir revestimento interno macio para proteção contra impacto, arranhões e poeira.		
<b>TECLADO</b>			
44	Padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive “ç.”.		
45	A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.		
46	Teclado retro-iluminado, alfanumérico com 12 teclas de função.		
47	Teclado deve ser resistente a derramamento de líquidos em pequenas quantidades (respingos, ou seja, deve possuir um grau de proteção mínimo de dois contra ingressos de água nos termos da ABNT NBR IEC 60529: 2017), comprovado por declaração do próprio fabricante, garantindo inclusive a cobertura a este tipo de evento durante todo o período de garantia. (Opcional)		
<b>TOUCHPAD</b>			
48	Dispositivo apontador do tipo touchpad, <i>multi- touch</i> , com dois botões além de função de rolagem.		
<b>MOUSE EXTERNO</b>			
49	Mouse óptico com 03 (três) botões (incluindo scroll de rolagem), com formato ergonômico e conformação ambidestra.		
50	Tecnologia LED, Laser ou Glass laser (glaser).		
51	Resolução mínima de 800 dpi.		
52	Interface USB.		
<b>KIT DE ÁUDIO E VÍDEO</b>			
53	O equipamento deve possuir kit de áudio e vídeo integrados composto de <i>no mínimo</i> : 1(uma) Controladora de som onboard, 2 (dois) Alto-falantes, 1 (um) Microfone e 1 (uma) Webcam		
54	Possuir Controladora de som onboard, contendo 01 (uma) saída amplificada para canais estéreos e 01 (uma) entrada para microfone ou combo de áudio única saída.		
55	Possuir Alto falantes integrados ao gabinete do notebook com amplificador de sinal.		
56	Possuir Microfone integrado ao gabinete do notebook.		
57	Possuir Webcam integrada ao gabinete do notebook.		
<b>WEBCAM</b>			
58	A Webcam deverá possuir resolução mínima de: 2.00 Megapixels (1080p).		
<b>SISTEMA OPERACIONAL</b>			
59	Possuir instalado e licenciado o sistema operacional Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, para uso corporativo, em Português do Brasil (PT-BR), na modalidade OEM, com a respectiva chave de ativação gravada na memória flash da BIOS, reconhecida automaticamente na instalação do Sistema Operacional e acompanhado da respectiva documentação. Suportar a possibilidade de atualização para o Microsoft® Windows 11 Professional 64 bits, conforme ciclo de atualização do fabricante.		
60	O download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o microcomputador ofertado, incluindo correções e atualizações deve estar disponível durante		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS NOTEBOOK INTERMEDIÁRIO (ITEM 4)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
	toda vigência contratual.		
<b>ACESSÓRIOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>			
61	Quando não especificadas exceções, não serão admitidos equipamentos modificados através de adaptadores, frisagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outro procedimento ou emprego de materiais inadequados que adaptem forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis		
62	Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, preferencialmente com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.		
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>			
63	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 4 (quatro) anos e 3 (três) anos para a bateria, com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.		
64	Possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023. Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.		
65	Possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança e Desempenho, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS MONITOR SOBRESSALENTE BÁSICO (ITEM 5)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
<b>MONITOR DE VÍDEO - CARACTERÍSTICAS COMUNS AOS DOIS TIPOS</b>			
1	Com tecnologia IPS, ou LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 23,8" polegadas, formato <i>widescreen</i> (16:9).		
2	Possuir chave liga/desliga (botão ou <i>touch</i> ).		
3	Possuir luz de indicação para estados ligado/desligado, na parte frontal do monitor.		
4	Possuir funcionalidades para autoajuste de tela e controles digitais de brilho e contraste. Possuir controle OSD para configuração do monitor (em português ou inglês).		
5	Possuir resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60Hz, suporte mínimo a 16 milhões de cores, brilho 250 cd/m² e tempo de resposta máximo de 8ms. Drivers compatíveis com o sistema operacional (Windows 11 64 bits).		
6	Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de vídeo digital (HDMI ou <i>DisplayPort</i> ) e ambas devem ser compatíveis com as interfaces disponíveis no monitor que acompanha o equipamento e devem ser compatíveis para utilização do microcomputador com, no mínimo, 2 (dois) monitores simultâneos, com opções para imagem duplicada e extensão da área de trabalho. Além disso, deverá ter 1 (uma) saída para fone de ouvido.		
7	Fonte de alimentação interna do monitor, com tensão de entrada bivolt automática, 100~224VAC e entrada de faixa de frequência de 50 a 60 Hz automática, acompanhado de cabo de alimentação no padrão NBR14.136, com extensão mínima de 1,50 metros do tipo "Y" para conexão de dois equipamentos simultaneamente em uma única tomada.		
8	O monitor deverá possuir todos os cabos e acessórios necessários para o seu funcionamento.		
9	O monitor deverá possuir base com regulagem de inclinação, rotação e ajuste de altura, conforme normas de ergonomia vigentes. Deverá ser acompanhado de todos os itens necessários à fixação (parafusos, buchas e outros).		
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>			
10	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 5 (cinco) anos com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.		
11	Deverá possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança que abrange aspectos de segurança e EMC, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.		
12	Deverá possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023, Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.		
<b>ACESSÓRIOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>			
13	Quando não especificadas exceções, não serão admitidos equipamentos modificados através de adaptadores, frisagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outro procedimento ou emprego de materiais inadequados que adaptem		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS MONITOR SOBRESSALENTE BÁSICO (ITEM 5)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
	forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis		
14	Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, preferencialmente com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.		
<b>CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO TIPO INTERMEDIÁRIO - VIDEOCONFERÊNCIA</b>			
15	WEBCAM INCORPORADA resolução Full HD (1080p) com campo de visão de 76,9 ° de visão. (Opcional)		
16	ENTRADA DE AUDIO - 2 microfones digitais. (Opcional)		
17	AUDIO - Alto falante estéreo com potência de saída de 5Watt. (Opcional)		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS MONITOR SOBRESSALENTE INTERMEDIÁRIO (ITEM 6)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
<b>MONITOR DE VÍDEO - CARACTERÍSTICAS COMUNS AOS DOIS TIPOS</b>			
1	Com tecnologia IPS, ou LED (LED orgânico ou LCD iluminada por LED). Tela plana na dimensão de, no mínimo, 23,8" polegadas, formato <i>widescreen</i> (16:9).		
2	Possuir chave liga/desliga (botão ou <i>touch</i> ).		
3	Possuir luz de indicação para estados ligado/desligado, na parte frontal do monitor.		
4	Possuir funcionalidades para autoajuste de tela e controles digitais de brilho e contraste. Possuir controle OSD para configuração do monitor (em português ou inglês).		
5	Possuir resolução gráfica mínima de 1920x1080 a 60Hz, suporte mínimo a 16 milhões de cores, brilho 250 cd/m² e tempo de resposta máximo de 8ms. Drivers compatíveis com o sistema operacional (Windows 11 64 bits).		
6	Possuir, no mínimo, 2 (duas) interfaces de vídeo digital (HDMI ou <i>DisplayPort</i> ) e ambas devem ser compatíveis com as interfaces disponíveis no monitor que acompanha o equipamento e devem ser compatíveis para utilização do microcomputador com, no mínimo, 2 (dois) monitores simultâneos, com opções para imagem duplicada e extensão da área de trabalho. Além disso, deverá ter 1 (uma) saída para fone de ouvido.		
7	Fonte de alimentação interna do monitor, com tensão de entrada bivolt automática, 100~224VAC e entrada de faixa de frequência de 50 a 60 Hz automática, acompanhado de cabo de alimentação no padrão NBR14.136, com extensão mínima de 1,50 metros do tipo "Y" para conexão de dois equipamentos simultaneamente em uma única tomada.		
8	O monitor deverá possuir todos os cabos e acessórios necessários para o seu funcionamento.		
9	O monitor deverá possuir base com regulagem de inclinação, rotação e ajuste de altura, conforme normas de ergonomia vigentes. Deverá ser acompanhado de todos os itens necessários à fixação (parafusos, buchas e outros).		
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>			
10	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 5 (cinco) anos com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.		
11	Deverá possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança que abrange aspectos de segurança e EMC, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.		
12	Deverá possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023, Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.		
<b>ACESSÓRIOS E CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>			
13	Quando não especificadas exceções, não serão admitidos equipamentos modificados através de adaptadores, frisagens, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outro procedimento ou emprego de materiais inadequados que adaptem forçadamente o equipamento ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis		
14	Todos os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, preferencialmente com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.		
<b>CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO TIPO INTERMEDIÁRIO - VIDEOCONFERÊNCIA</b>			
15	WEBCAM INCORPORADA resolução Full HD (1080p) com campo de visão de 76,9 ° de visão.		
16	ENTRADA DE AUDIO - 2 microfones digitais.		
17	AUDIO - Alto falante estéreo com potência de saída de 5Watt.		

ID	DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS TABLET INTERMEDIÁRIO/ AVANÇADO (ITEM 7)	INDICAÇÃO PÁGINA/ITEM	OBSERVAÇÃO
<b>PROCESSADOR</b>			
1	Deverá ser <i>octa-core</i> ARM com arquitetura de alto desempenho ou equivalente de performance elevada com suporte robusto para multitarefa e processamento paralelo.		
2	O modelo do processador ofertado deverá ser claramente indicado na proposta comercial. Somente serão aceitos processadores lançados a <i>partir de fevereiro de 2024</i> e em produção comercial atual, descartando modelos obsoletos ou descontinuados que possam comprometer suporte e compatibilidade futuros.		
<b>MEMÓRIA RAM</b>			
3	Possuir no mínimo 6GB (tipo LPDDR5 ou LPDDR4X recomendado para largura de banda otimizada).		
<b>ARMAZENAMENTO</b>			
4	Armazenamento com suporte MicroSD para expansão, de mínimo: 128GB		
<b>DISPLAY E DIMENSÕES</b>			
5	Tela (dimensão mínima): 10" polegadas		
6	Resolução mínima: 1920×1200		
7	Taxa de atualização mínima: 90 Hz mínimo (120 Hz+ recomendado).		
8	Touchscreen capacitivo com suporte a <i>stylus</i> ativo.		
<b>CONECTIVIDADE</b>			
9	Wi-fi padrão IEEE 802.11ax com largura de canal até 160 MHz, suporte a MIMO 2×2 ou 4×4, frequências 2.4 e 5 GHz.		
10	Possuir Bluetooth do tipo 5.x.		
11	Módulo integrado 4G/5G		
12	Geolocalização: GPS L1 (1575.42 MHz), GLONASS L1 (1602 MHz).		
<b>BATERIA E CARREGAMENTO</b>			
13	Capacidade: Entre 7.000-10.000 mAh.		
14	Autonomia: ≥10 horas em uso misto.		
15	Carregamento: Suporte a carga rápida via USB-C PD (18W+).		
<b>SISTEMAS DE CÂMERAS</b>			
16	Câmera Traseira, Resolução Mínima: 12 MP		
17	Câmera Frontal, Resolução Mínima: 5 MP		
<b>SISTEMA OPERACIONAL</b>			
18	Mínimo Android 13 (recomendado Android 14+), com suporte a MDM (controle corporativo) e atualizações de segurança garantidas por mínimo 36 meses conforme requisitos Android Enterprise Recommended.		
<b>RESISTÊNCIA FÍSICA DO APARELHO</b>			
19	Padrão de proteção contra água/poeira: IP54 ou superior.		
20	Acabamento reforçado ou capa com proteção para uso em campo (Opcional)		
<b>GARANTIA E CERTIFICAÇÕES</b>			
21	Período mínimo de garantia a ser prestado pelo Contratado: 2 (dois) anos com cobertura de assistência técnica on-site. Caso o Contratado seja também o fabricante dos equipamentos, os serviços relacionados à garantia e à assistência técnica poderão ser executados por sua rede credenciada, permanecendo o Contratado totalmente responsável por tais serviços.		
22	Deverá possuir Selo de Identificação de Conformidade no modelo Segurança que abrange aspectos de segurança e EMC, Conforme Portaria 170 do INMETRO ou internacionais compatíveis.		
23	Deverá possuir pelo menos uma certificação de Eficiência de Consumo Energético e uma de Sustentabilidade Ambiental, conforme Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21/06/2023, Podendo ser: Energy Star, EPEAT, RoHS, TCO, RBA, ECOVADIS, PROCEL ou equivalentes.		



Documento assinado eletronicamente por **Alyne Cosme do vale, Secretária de Estado de Licitação e Contratação**, em 13/03/2026, às 10:59, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Márcia de Brito Corrêa, Consultor Técnico I**, em 13/03/2026, às 12:06, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Melo Fraga, Coordenador**, em 13/03/2026, às 12:13, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Malacarne Neto, Assessor Especializado**, em 13/03/2026, às 12:14, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Hairton Level Salomão Júnior, Gerente de Projeto I**, em 13/03/2026, às 12:32, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Yzadora Rodrigues da Silva, Coordenadora de Planejamento e Compras**, em 16/03/2026, às 08:04, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **21479557** e o código CRC **71CB20FD**.

## ANEXO I-B – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

### 1. PLANILHA DEMONSTRATIVA DA DEMANDA

TEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL
01	Und.	230	R\$ 4.200,00	R\$ 966.000,00
02	Und.	1.927	R\$ 4.529,50	R\$ 8.728.346,50
03	Und.	210	R\$ 4.769,96	R\$ 1.001.691,60
04	Und.	415	R\$ 4.593,50	R\$ 1.906.302,50
05	Und.	250	R\$ 947,54	R\$ 236.885,00
06	Und.	817	R\$ 1.653,66	R\$ 1.351.040,22
07	Und.	131	R\$ 1.368,66	R\$ 179.294,46
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 14.369.560,28 (quatorze milhões, trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta reais e vinte e oito centavos)</b>				<b>R\$ 14.369.560,28</b>

1.1. A descrição do(s) item(ns) está(ão) disposta(s) no MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste edital.

1.2. O quantitativo de cada Órgão Participante deste Registro de Preços se encontra no subitem 1.3 da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO III) deste edital.

### 2. VALOR GLOBAL MÁXIMO ACEITÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO

**R\$ 14.369.560,28** (quatorze milhões, trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta reais e vinte e oito centavos).

(TIMBRE DA EMPRESA)

## ANEXO II

## MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº: 35101.000930/2025.76 - SELC PREGÃO ELETRÔNICO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 000/2026	CNPJ
---	------

Item	Descrição	Marca e Modelo	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1.	<b>Desktop Básico</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	230		
2.	<b>Desktop Intermediário</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	1.927		
3.	<b>Notebook Básico</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	210		
4	<b>Notebook Intermediário</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	415		
5	<b>Monitor de Imagem Sobressalente Básico</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	250		
6	<b>Monitor de Imagem Sobressalente Intermediário</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	817		
7	<b>Tablet Intermediário/Avançado</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	131		
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b> .....						R\$ 0,00

Boa Vista – RR, 00 de xxxxxxxx de 2026.

**Observações:**

1. Nos termos do subitem 4.19. do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, **os licitantes deverão apresentar, juntamente com a proposta, comprovação** de que o(s) **equipamento(s) ofertado(s) atende(m) integralmente às especificações previstas no Anexo I do referido Termo de Referência, mediante a apresentação de catálogos, manuais ou documentos técnicos equivalentes;**

2. Para esse fim, é OBRIGATÓRIA a **apresentação da Tabela de Conformidade Técnica**, conforme modelo, Anexo III do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital, a qual **deverá ser preenchida individualmente para cada item proposto e anexada à proposta de preços**, sem prejuízo das demais documentações exigidas. A ausência da referida tabela, o seu preenchimento incorreto ou incompleto ou o não atendimento de qualquer requisito técnico previsto no Anexo I do Termo de Referência acarretará a imediata **DECLASSIFICAÇÃO** da proposta.

VALIDADE DA PROPOSTA:

PRAZO DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: Conforme descrito no subitem 4.8 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

FONE(S):

---

 Proponente

## ANEXO III

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026

PROCESSO Nº 35101.000930/2025.76 - SELC

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2026, na **SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO- SELC**, localizada na Av. Nossa Senhora da Consolata, nº 472 – Centro, CEP: 69.301-011, Boa Vista – RR, neste ato representada por seu(ua) Secretário, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, juntamente com o pregoeiro, Sr.(a) \_\_\_\_\_, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata de Registro de Preços, na forma da **Lei nº 14.133**, de 1º/04/2021, do **Decreto nº 11.462, de 31/03/2023**, e aplicando subsidiariamente a **Lei Complementar nº. 123**, de 14/12/2006, e das demais normas legais aplicáveis, decorrente da licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (Estado), Telefone: \_\_\_\_\_, Banco: \_\_\_\_\_, Agência: \_\_\_\_\_, Conta Corrente: \_\_\_\_\_, vencedora e adjudicatária da licitação supramencionada, neste ato representada por seu representante legal ou procurador, conforme documento comprobatório, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar preço dos bens discriminados na Cláusula Primeira, que serão fornecidos em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### Empresas:

Ord.	Empresa(s) Classificada(s)	Item(ns)	Vr. Total do(s) Item(ns)

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. Esta Ata refere-se aos preços registrados para à eventual **aquisição de estações de trabalho (desktops), equipamentos móveis (notebooks e tablets) e monitores sobressalentes**, conforme as seguintes especificações:

Item	Especificação	Marca	Und.	Qtd.	Vr. Unit. (R\$)	Vr. Total (R\$)

1.1.1. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como ANEXO desta Ata.

1.1.2. A listagem deve obedecer a ordem prevista no inciso II e § 2º do art. 18 do Decreto nº 11.462, de 2023.

#### 1.2. São Órgãos participantes deste Registro de Preços;

ORDEM	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	CÓPIA MANIFESTAÇÃO
01	SECRETARIA DE ESTADO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO - <b>SELC</b> ( <i>Órgão Gerenciador</i> )	Cópia do Levantamento Estimativa SELC, Ep. 20027302
02	<b>CASA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA</b>	19837482
03	<b>CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE RORAIMA - COGER</b>	19837555
04	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - <b>SEPLAN</b>	19837571
05	SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA DE RORAIMA - <b>SEINF</b>	19837597
06	<b>CORPO DE BOMBEIRO MILITAR - CBM</b>	19837611
07	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - <b>SEADI</b>	19837628
08	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DE CONVÊNIOS - <b>SECIDADES</b>	19837652
09	<b>CASA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA</b>	19837672
10	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO - <b>SEED</b>	19837700
11	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO - <b>SEGAD</b>	20186593

#### 1.3. Do quantitativo de cada Órgão Participante:



QUANTITATIVO POR ÓRGÃO PARTICIPANTE									
Item	SELC	CASA CIVIL	COGER	SEPLAN	SEINF	CBM	SEADI	SECIDADES	CASA MILIT
1	0	0	0	30	0	0	0	0	0
2	50	20	0	0	65	100	150	20	22
3	0	0	0	10	0	0	0	0	0
4	0	0	06	0	10	30	48	10	07
5	50	0	0	0	0	0	0	0	0
6	0	20	0	30	130	150	150	0	22
7	0	0	0	15	0	50	52	10	04

#### 1.4. Da utilização da Ata de Registro de Preços por órgão ou entidade não participante:

Item	Qtd. Total
1.	460
2.	3.854
3.	420
4.	830
5.	500
6.	1.634
7.	262

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

2.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP, bem como, os órgãos e entidades de direito privado sem fins lucrativos, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 2.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 2.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor, e
- 2.1.4. os órgãos e entidades de direito privado sem fins lucrativos que aderirem à quaisquer das atas da Administração Pública, submeter-se-ão às regras e procedimentos previsto neste decreto, excluindo-se a aplicação de qualquer outro normativo.
- 2.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 2.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 2.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços;
- 2.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos nesta cláusula.
- 2.6. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e
- 2.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 2.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no subitem 2.7 desta cláusula;
- 2.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o subitem 2.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da proposta (art. 22 do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023).
- 3.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
  - 3.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
  - 3.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
  - 3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 3.2.1. O instrumento contratual de que trata o subitem anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
  - 3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 3.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:
    - 3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

**3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:**

**3.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

**3.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.

**3.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**3.5.** O registro a que se refere o subitem 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**3.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**3.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**3.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

**3.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na cláusula oitava.

**3.8.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio do Órgão gerenciador e disponibilizado no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP durante a vigência da ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUARTA – DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS**

**4.1.** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**4.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**4.2.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**4.3.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no subitem 4.1, observado o disposto no subitem 3.4.3, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**4.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o subitem 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

**4.4.1.** Convocar os licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original para negociação na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**4.4.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**4.5.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada conforme Art. 21 do Decreto nº 11.462/23.

**4.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

**4.7.** A regra prevista no subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**5.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

**5.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos seguintes termos:

**5.1.3.1.** O reajuste em sentido estrito consiste na aplicação do índice de correção monetária previsto no instrumento convocatório ou equivalente, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, nos termos do inciso LVIII, do art. 6º e do § 7º e inciso I do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

**5.1.3.2.** A repactuação compreende a atualização da remuneração para serviços contínuos em regime de dedicação exclusiva ou com predominância de mão de obra, nos termos do inciso LIX do art. 6º e do inciso II do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

**CLÁUSULA SEXTA - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.1.1.** Caso os fornecedores que não aceitarem reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.1.2.** Na hipótese prevista na cláusula anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023.

**6.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto na cláusula oitava, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.2.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.3.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.3.2.** Não comprovada existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da cláusula oitava, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.3.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.3.2 desta cláusula, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 18 do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023.

**6.3.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.3.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no subitens 6.3 e 6.3.1 desta cláusula, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.3.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**7.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**7.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**7.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**7.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**7.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**7.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**7.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**7.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do subitem 7.3 desta cláusula, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**8.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

**8.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**8.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**8.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**8.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**8.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nesta cláusula será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**8.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**8.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**8.4.1.** Por razão de interesse público;

**8.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**8.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

**9.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**9.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**9.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**9.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no subitem 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS**

**10.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO (Anexo I) deste edital.

**10.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

**10.3.** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (...) **vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes **e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).**

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrem da utilização da presente Ata de Registro de Preços será o da comarca de Boa Vista/RR.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Secretário de Estado de Licitação e Contratação - SELC

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)  
XXX nome da empresa XXX

ANEXO - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Und. (se exigida no edital)	Qtd. Máxima	Qtd. Mínima	Vr. Unit. (R\$)	Vr. Total (R\$)

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV DO EDITAL Nº ...../.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRABALHO (DESKTOPS), NOTEBOOKS, TABLETS E MONITORES QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DE RORAIMA,  
POR INTERMÉDIO DO (A) ....., E .....

O Estado de Roraima, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 84.012.012/0001-26, com sede no Palácio Senador Hélio Campos, situado na Praça do Centro Cívico, s/nº, Centro, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo Decreto nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no DOE/RR de ..... de ..... de ....., portador(a) da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é aquisição de estações de trabalho (desktops), equipamentos móveis (notebooks e tablets) e monitores sobressalentes nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.  
1.2. Discriminação do objeto:

Item	Descrição	Marca e Modelo	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1.	Desktop Básico, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	230		
2.	Desktop Intermediário, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	1.927		
3.	Notebook Básico, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	210		

Item	Descrição	Marca e Modelo	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
4	<b>Notebook Intermediário</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	415		
5	<b>Monitor de Imagem Sobressalente Básico</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	250		
6	<b>Monitor de Imagem Sobressalente Intermediário</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	817		
7	<b>Tablet Intermediário/Avançado</b> , conforme especificações técnicas descritas no Anexo I do termo de referência (Anexo I) deste Edital.	Marca e Modelo	Und.	131		
<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO .....</b>						<b>R\$ 0,00</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
  - 1.3.2. O Edital da Licitação;
  - 1.3.3. A Proposta do Contratado;
  - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O Termo de Referência deve ser entregue ao Contratado como anexo deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência do contrato observará o exercício financeiro e a disponibilidade de créditos orçamentários, conforme prevê o art. 105 da Lei 14.133/21, iniciando-se a partir da data da última assinatura;
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, nos termos do art. 111 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, recebimento, garantia, manutenção e assistência técnica do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇO E PAGAMENTO**

- 5.1. Preço
- 5.1.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).
- 5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.2. Pagamento
- 5.2.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE**

- 6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/03/2026.
- 6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado de acordo com o contrato e anexos;
- 7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.5. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art.143 da Lei nº14.133, de 2021;
- 7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.8. Cientificar a Procuradoria Geral do Estado - PGE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.9.1. A Administração terá o prazo de até 01 (um) mês para decidir, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado, no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 7.11. Notificar os emitentes das garantias de execução, nos termos do §4º, do art.137, da Lei nº14.133, de 2021, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.13. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 8.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 8.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- 8.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 8.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.10. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.15. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 8.16. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 8.17. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 8.18. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

**CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- IV - Multa:**
- a) moratória de 0,5% a 15% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
  - b) compensatória de 15% a 30% (trinta por cento) do valor sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei Estadual nº 1.025, de 12 de janeiro de 2016.
- 10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 10.11. Os débitos do Contratado para com a Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

- 11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 11.2. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3.1. Nessa hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 11.3.2.1. e a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.
- 11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.1. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
- I – Unidade Orçamentária: xxxxxxxx
- II – Programa de Trabalho: xxxxxxxx
- III – Elemento de Despesa: xxxxxxxx
- IV – Fonte de Recursos: xxxxxxxx
- 12.2. Para cobertura das despesas decorrentes desta contratação foi emitida Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, tipo \_\_\_\_\_, no valor de \_\_\_\_\_.
- 12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DAS ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

- 15.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

- 16.1. Fica eleito o foro da comarca de Boa Vista - Roraima para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Contrato.

E por se acharem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente instrumento para que surta todos os efeitos em Direito previstos.

Boa Vista-RR, data constante no sistema.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Orientação para a CONTRATANTE

Esta minuta de contrato não dispõe de campo para assinatura de testemunhas porque "[...] o contrato assinado com a Administração e regularmente publicado dispensa testemunhas e registro em cartório, pois, como todo ato administrativo, traz em si a presunção de legitimidade e vale contra terceiros desde a sua publicação." (MEIRELLES, 1996, p. 179).



Documento assinado eletronicamente por **Alyne Cosme do Vale**, Secretária de Estado de Licitação e Contratação, em 28/04/2026, às 09:46, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **22183884** e o código CRC **815B873E**.